

Relatório de Atividades 2023



Expediente

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Cavalheiro Leite

SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA

Leonardo Maranhão Busatto – até 10/01/2023

Pricilla Maria Santana – a partir de 11/01/2023

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Carlos Mário Lima de Souza - até 11/01/2023

Itanielson Dantas Silveira Cruz – a partir de 12/01/2023

CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO

Rogério da Silva Meira - até 12/03/2023

Carlos Geminiano Rocha Rodrigues - a partir de 13/03/2023

ADJUNTOS DA CAGE

Antônio Carlos Ferreira Kehrwald

Carlos Geminiano Rocha Rodrigues - até 12/03/2023

Felipe Severo Bittencourt - a partir de 18/07/2023

Gilberto Fonseca Raymundo - até 25/01/2023

Jociê Rocha Pereira - a partir de 26/01/2023

Rogério da Silva Meira - de 13/03/2023 até 17/07/2023

COORDENAÇÃO DE GABINETE

Viviane Wagner

Priscilla Mendes Machado Matos

CHEFES DE DIVISÃO

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)

Jociê Rocha Pereira - até 25/01/2023

Celso Antônio Córdova Júnior - de 26/01/2023 até 31/05/2023

Ricardo Lacerda Martins Santiago - a partir de 01/06/2023

Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)

Eduardo de Oliveira Garcia - até 31/05/2023

Lorenzo Giacomo Venzon - a partir de 01/06/2023

Divisão de Informações Estratégicas (DIE)

Liege Munhós de Campos

Divisão de Estudos e Orientação (DEO)

Luiz Felipe Corrêa Noé

Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)

Felipe Severo Bittencourt - até 17/07/2023

Guilherme Speroni Lentz - a partir de 18/07/2023

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

Sílvia Lauer

ASSESSORIAS

Assessoria de Planejamento

Andréa Buhl da Silva

Felipe César Tourinho

Marcos de Oliveira Ramos

Talita Kumi de Oliveira Chaves

Assessoria de Comunicação

Andrea Alves Pereira

Mauro de Oliveira Plastina

Sumário

Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado	04
CAGE	06
Linha do Tempo.....	07
Estrutura Organizacional	08
Conselho Superior da Cage	09
Assessoria de Planejamento	10
Mapa Estratégico.....	11
Cadeia de Valor	12
Entregas, Gestão de Portfólio e Acompanhamento de Projetos.....	13
Coordenação de Gabinete.....	14
Auditoria e Controle	18
Contabilidade	27
Orientação e Suporte à Tomada de Decisão.....	30
Promoção da Integridade e Prevenção à Corrupção.....	38
Transparência e Estímulo ao Controle Social.....	42
Gestão de Sistemas de Finanças	45
Gestão de Pessoas	52
Comunicação e Relacionamento Institucional.....	58

Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

O ano de 2023 foi de grandes mudanças para a Cage. Como início de um novo ciclo, o mapa estratégico da Cage para o quinquênio 2023-2027, elaborado de forma compartilhada com nossos colaboradores, trouxe um novo olhar sobre o papel do órgão central do sistema de controle interno do Rio Grande do Sul. Assim, um reposicionamento institucional foi necessário.

O equilíbrio fiscal e a necessidade de uma previsibilidade mínima do cenário das finanças públicas estaduais no médio e longo prazo foram pautas que se fizeram prementes nesse ano. Ainda, não se pode descartar desse contexto, a necessidade da continuidade das mais diversificadas políticas públicas que o Estado atende. Mais: a Cage atua como protagonista tanto nas ações voltadas ao equilíbrio fiscal, como na sua atividade de órgão controlador da execução e da efetividade dessas políticas públicas.

Nesse contexto, as entregas para a sociedade passaram a ser o foco do órgão central do sistema de controle interno. Para isso, foi necessário revisar processos, métodos de trabalho e estruturas administrativas. A atuação do controle de forma proativa e preventiva, a primazia pela visão finalística de cada órgão ou entidade pública, a gestão de riscos, a transversalidade e a inovação foram algumas das premissas de trabalho. A atuação de forma colaborativa com os gestores estaduais, auxiliando-os na busca por soluções e respostas para a sociedade, foi uma realidade. Apontar erros não é mais o suficiente.

Essa mudança de paradigma não ficou restrita ao discurso teórico, ou a uma representação gráfica com objetivos estratégicos inalcançáveis. Ações práticas foram implementadas. Apostou-se no empoderamento da Assessoria de Planejamento e na criação de um Escritório de Projetos e Processos, com vistas a implementar efetivamente a estratégia da Cage.

A atuação de forma colaborativa com os gestores estaduais, auxiliando-os na busca por soluções e respostas para a sociedade, foi uma realidade. Apontar erros não é mais o suficiente.

No decorrer do ano, a Cage demonstrou capacidade de colaborar não só com a execução financeira e fiscalização da efetividade de políticas públicas, mas também com a concepção delas. Um exemplo foi a atuação do órgão de controle no Programa Volta por Cima, e todas as ações que se fizeram necessárias para o atendimento de dezenas de municípios e milhares de pessoas afetadas pelos eventos climáticos adversos que assolaram o Rio Grande do Sul em 2023. Nas ações voltadas à integridade pública e privada, a Cage visitou dezenas de escolas públicas estaduais – levando aos alunos de ensino médio o conhecimento sobre temas pouco abordados em seus cotidianos como ética, integridade e prevenção à corrupção.



Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

Na auditoria, viu-se a necessidade de padronizar essa atividade no Estado – atuando em consonância com as melhores práticas internacionais. Na apuração de benefícios financeiros gerados pela atuação do controle interno, apurou-se um total de R\$ 288,18 milhões – e com a implementação da nova sistemática de retenção do Imposto de Renda, oriunda do projeto de ampliação da base de cálculo, agregou-se ainda aos cofres do Estado, um montante de R\$ 104,49 milhões. Na área contábil, o órgão demonstrou postura proativa em operações complexas – tais como as decorrentes da privatização da Corsan. No que tange à transparência pública, a reestruturação do Portal Transparência RS foi amplamente debatida. Uma linguagem acessível ao cidadão passa a ser o novo foco.

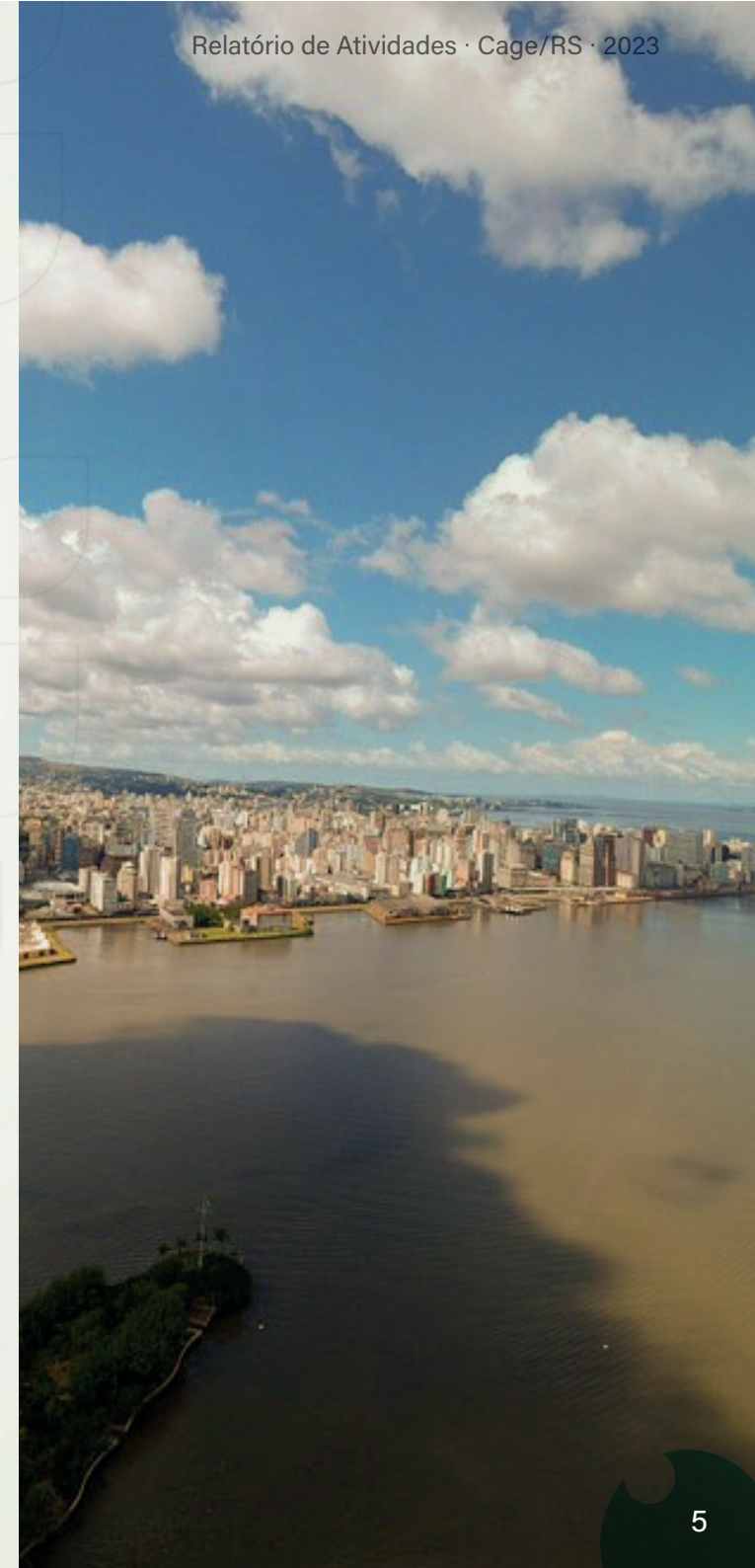
Há que se ressaltar que a Cage, embora tenha repositado seu viés de atuação, não abdicou de suas competências e de seus compromissos legais. Tampouco renunciou à qualidade técnica de seus trabalhos. Na contabilidade, por exemplo, a escrituração e a elaboração dos demonstrativos legalmente exigidos tiveram seus procedimentos melhorados. Unidades administrativas foram especializadas, centralizando o lançamento e a análise de registros contábeis, o que resultou na padronização e agilidade na prestação dos serviços. Além do cumprimento da evidenciação e das publicações legais cogentes (Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Balanço Geral do Estado - BGE, etc.), a Cage tem investido recursos na elaboração de

relatórios gerenciais que visem também à comunicação com a sociedade - como exemplo temos o RS Contábil, publicado mensalmente.

No decorrer do ano, a Cage demonstrou capacidade de colaborar não só com a execução financeira e fiscalização da efetividade de políticas públicas, mas também com a concepção delas.

Por fim, caro leitor, destaco que a intenção desta pequena nota introdutória foi trazer exemplos de temas importantes que serão discorridos de forma detalhada ao longo deste documento. Contextualizar nosso reposicionamento institucional também foi um objetivo dessa mensagem – já que as mudanças a que nos propomos não são triviais. Esse ano de 2023 foi apenas o começo de uma nova Cage. Boa leitura!

Carlos Geminiano Rocha Rodrigues,
Contador e Auditor-Geral do Estado



CAGE

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é o órgão central do sistema de controle interno do estado do Rio Grande do Sul, atuante nas áreas de Controladoria, Contabilidade, Auditoria, Integridade e Compliance. Suas funções são desempenhadas junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado (TCE), englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.

Ela atua com status de subsecretaria da Secretaria da Fazenda, atua como uma guardiã dos recursos públicos do estado, zelando pela sua correta aplicação.



Linha do Tempo CAGE – 75 anos



1948

Avanço

A Lei nº 731 criou o quadro de pessoal da Cage, inicialmente composto por contadores, guarda-livros e auxiliares de contabilidade.



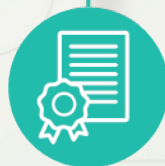
1970

Criação do Sistema de Contabilidade e Auditoria do RS

Foi instituído, após 22 anos de criação da Contadoria-Geral do Estado, por meio do Decreto nº 20.193 de 1970, o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do RS, que tinha como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A ocasião marcou a mudança de denominação do órgão, e institucionalizou a função de auditoria com a criação da Divisão de Auditoria.

Constituição Estadual

A Constituição Estadual, promulgada em 3 de outubro de 1989, em seu artigo 76, atribuiu à Cage a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno do RS. Determinou, ainda, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes estaduais, o que é uma peculiaridade da Constituição gaúcha.



1989

Lei Orgânica

Publicada a Lei Complementar nº 13.451, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, estabelecendo suas funções institucionais e organização, e disciplina o regime jurídico do cargo da carreira de auditor do Estado.



2010

Atualização da Estrutura Administrativa

Visando a um maior alinhamento aos processos e níveis de governança atuais, à sua Lei Orgânica e ao seu planejamento estratégico, a estrutura administrativa da Cage e as competências de suas unidades administrativas foram atualizadas através das publicações do Decreto Estadual nº 55.290/2020 e da Portaria Sefaz nº 26/2020.



2020



2023

Implantação do Escritório de Projetos e Processos

A implantação do EPP viabiliza a implementação da estratégia da Cage, a integração e colaboração entre as áreas através de uma visão transversal e integrada, com alinhamento total ao Planejamento Estratégico da Subsecretaria.

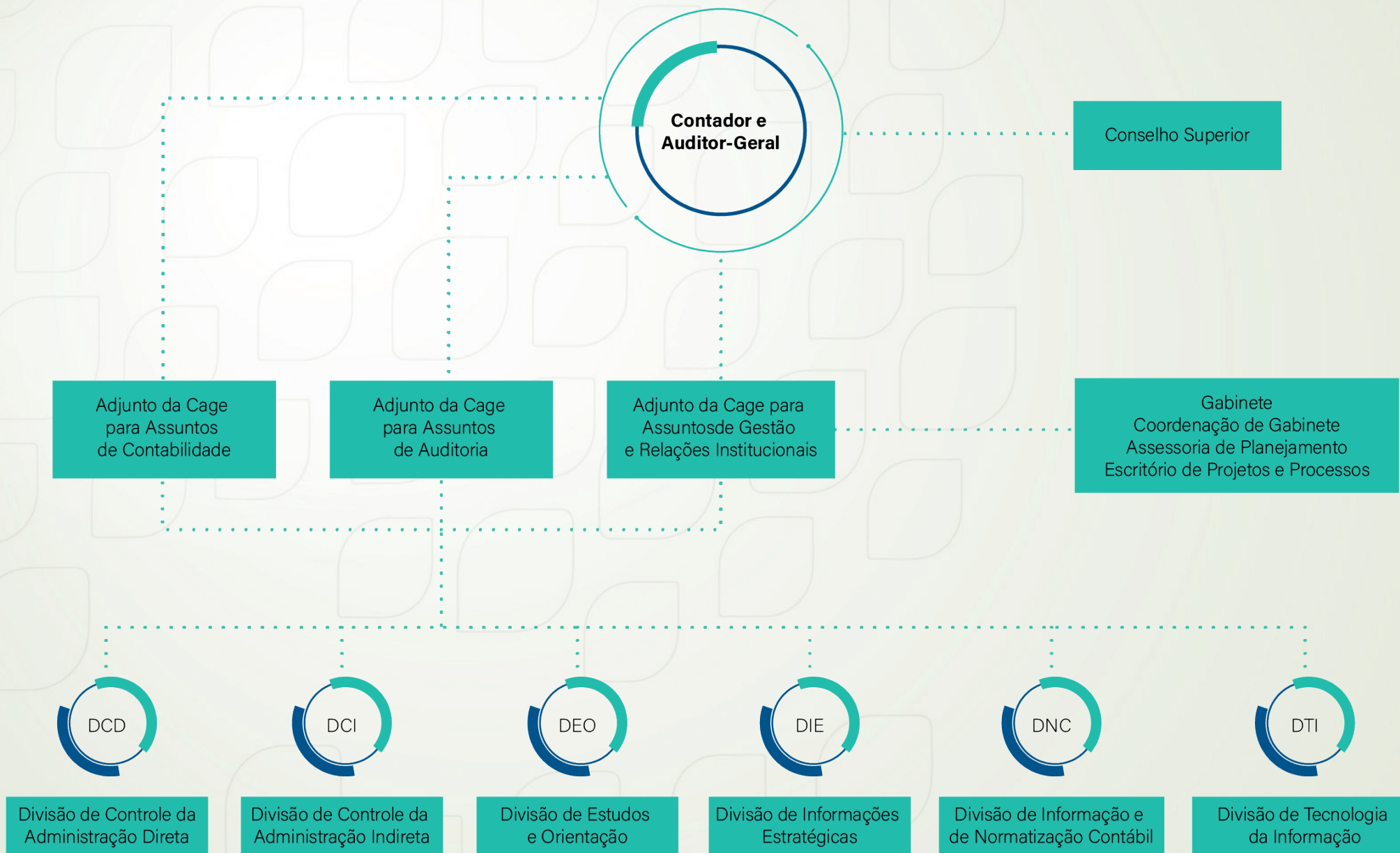
Nascimento

Criada em 28 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, a Contadoria - Geral do Estado nasceu com intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade às informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria já exercia, à época, funções típicas de controle interno, como colaboração com o Tribunal de Contas.



1949

Estrutura Organizacional



Conselho Superior da CAGE

O Conselho Superior da Cage mantém as atividades de:

- elaborar o regimento da subsecretaria;
- pronunciar-se sobre o desempenho de integrante da carreira que esteja cumprindo estágio probatório;
- reexaminar matérias conflitantes com vistas a manter a unidade de orientação do Órgão;
- pronunciar-se sobre alterações na estrutura do Órgão;
- manifestar-se sobre a concessão de licença para qualificação profissional;
- manifestar-se sobre o exercício de Auditores do Estado e de servidores da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, em funções externas;
- exercer funções de consultoria, no âmbito da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, em matéria de ética funcional e de normas disciplinares;
- pronunciar-se nos Processos Administrativo-Disciplinares em que Auditores do Estado, em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, figure como indiciado, após o relatório e antes do julgamento;
- expedir, após aprovação do Contador e Auditor-Geral do Estado, providimentos visando à simplificação e ao aprimoramento dos serviços da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado;
- exercer outras atividades, sempre que solicitado pelo Contador e Auditor-Geral do Estado.

Para realização das atividades, o ano de 2023 contou com **7 reuniões**, tendo **18 processos** avaliados e a aprovação da **Minuta do Código de Conduta** da Cage.



Assessoria de Planejamento

A Assessoria de Planejamento fica responsável por assessorar o Gabinete da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado na elaboração e na execução do Planejamento Estratégico; coordenar a elaboração do planejamento anual com o apoio das divisões da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado; acompanhar a execução do planejamento e do orçamento anual; prospectar programas de treinamento e de capacitação para os servidores da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado; atuar na articulação e mobilização das Divisões em assuntos de interesse do Gabinete; e exercer outras atividades correlatas.

O Escritório de Projetos e Processos (EPP) foi criado por iniciativa da Assessoria de Planejamento da Contadoria e Auditoria Geral do Estado retomando um projeto que já havia sido estudado para implementação em 2016. Sua criação busca viabilizar a implementação da estratégia da Cage, buscando a integração e colaboração entre todas as áreas, com uma visão transversal e integrada, e com alinhamento total ao Planejamento Estratégico da Subsecretaria. Ele auxilia na definição de prioridades em alinhamento com a estratégia, viabiliza o monitoramento periódico das iniciativas em andamento, e dá visibilidade dos projetos para a gestão e para as equipes. O EPP é responsável pela gestão de portfólio e acompanhamento de Projetos através do 'Portal de Demandas'. Nesse projeto o EPP tem a responsabilidade de levantar os requisitos, executar os acompanhamentos periódicos junto aos fornecedores parceiros, e buscar a solução para eventuais impedimentos que ocorram ao longo do projeto. Em 2023, seu primeiro ano de funcionamento, foram entregues 15 produtos, divididos em três áreas: Projetos, Processos e Metodologias. O destaque foi a estruturação do Mapa Estratégico da Cage para o período 2023-2027 e a própria Estruturação do Escritório. O novo Mapa Estratégico da Cage foi desenvolvido através de dinâmicas com as lideranças da Cage, com a definição de Missão, Visão e Valores da Cage, a realização de análise SWOT, a definição dos norteadores estratégicos e a validação pelo núcleo gestor. O mapa estratégico hoje é dividido em quatro áreas definidas em "Resultados para a Sociedade", "Articulação e Relacionamento", "Processo Internos" e "Aprendizado e Crescimento".



Mapa Estratégico

O novo Mapa Estratégico da Cage foi desenvolvido através de dinâmicas com as lideranças da Cage, com a definição de Missão, Visão e Valores da Cage, a realização de análise SWOT, a definição dos norteadores estratégicos, e a validação pelo núcleo gestor.

O mapa estratégico hoje é dividido em 4 áreas definidas em "Resultados para a Sociedade", "Articulação e Relacionamento", "Processo Internos", e "Aprendizado e Crescimento".

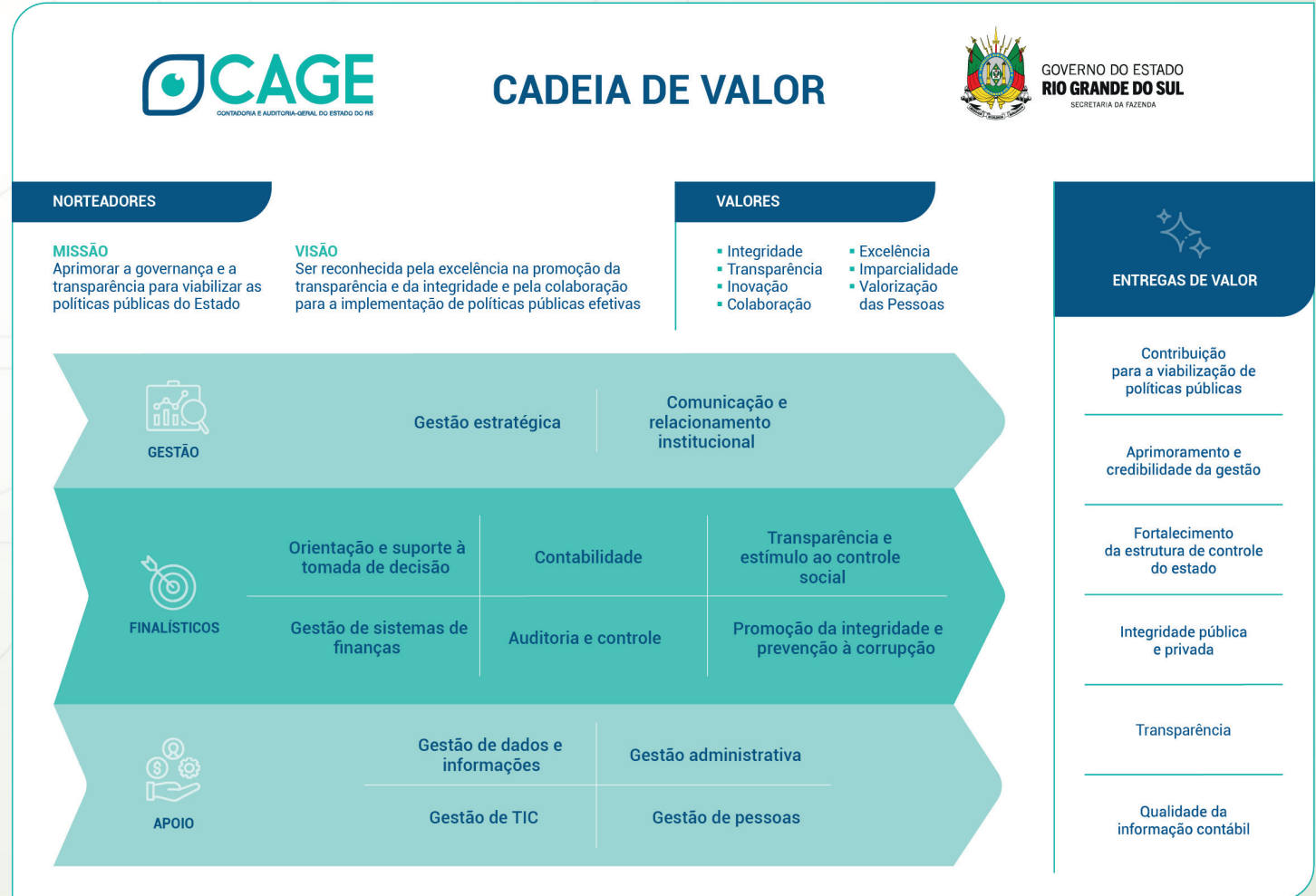


Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor é um método que permite organizar os processos organizacionais. Ela é apresentada em uma representação gráfica que exhibe a construção de geração de valor e suas interações. Ela é composta por uma série de atividades interligadas que agregam valor ao serviço oferecido.

Na Cage, a Cadeia de Valor foi criada em um treinamento sobre a metodologia de criação da cadeia, chamado de 'sensibilização'. Após o treinamento, foi realizada uma reunião de trabalho com o time gestor da Cage, onde os macroprocessos foram identificados e sua importância e nomenclaturas foram discutidos.

Foram definidos 3 Macroprocessos: Gestão, Finalísticos e Apoio. Além deles, foram identificadas seis entregas de valor: Contribuição para a viabilização de políticas públicas; Aprimoramento e credibilidade da gestão; Fortalecimento da estrutura de controle do estado; Integridade pública e privada; Transparência; Qualidade da informação contábil.



Entregas, Gestão de Portfólio e Acompanhamento de Projetos

Drops de Conhecimento - EPP

O Drops de Conhecimento apresenta as etapas do ciclo de trabalho do Escritório de Projetos e Processos da Cage. Em 2023, foram publicados 15 Drops, com periodicidade quinzenal, tratando de temas conceituais relacionados a projetos e processos.

O produto, idealizado pelo EPP, teve o propósito de assegurar a transparência, a ampla comunicação e a inclusão de todos os envolvidos com a gestão dos projetos e processos desenvolvidos na Cage.



Drops de Conhecimento divulgados em 2023

1. **O que é um projeto**, publicado em 06/07/2023
2. **Projetos x Processos**, publicado em 20/07/2023
3. **Importância do Escritório de Projetos**, publicado em 03/08/2023
4. **O que é um processo**, publicado em 17/08/2023
5. **Fases de um projeto**, publicado em 31/08/2023
6. **Fluxo de um processo**, publicado em 14/09/2023
7. **Fase de ideação de um projeto**, publicado em 05/10/2023
8. **Etapas do ciclo de gerenciamento de um processo**, publicado em 11/10/2023
9. **Fase de planejamento de um projeto**, publicado em 23/10/2023
10. **Papel do Escritório de Processos da CAGE**, publicado em 30/10/2023
11. **Responsabilidades do Escritório de Processos**, publicado em 13/11/2023
12. **Fase de execução de um projeto**, publicado em 20/11/2023
13. **O que é a cadeia de valor e qual seu propósito?**, publicado em 27/11/2023
14. **Fase de monitoramento e controle - explicação geral**, publicado em 04/12/2023
15. **Arquitetura de Processos**, publicado em 11/12/2023

Coordenação de Gabinete

À Coordenação de Gabinete cabe as atividades de prestar assessoramento administrativo ao Contador e Auditor-Geral do Estado e aos seus Adjuntos; coordenar e atualizar o banco de dados de pessoal da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado; apoiar as divisões com a centralização das suas atividades administrativas comuns; gerenciar a divulgação institucional da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, a organização e a realização de eventos; e exercer outras atividades ou encargos que lhe forem correlatas.

Divisão de Controle da Administração Direta

DCD

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) atua diretamente junto aos órgãos e secretarias do Estado, exercendo as atividades de Orientação, Contabilidade, Auditoria e Controle.

A DCD é composta por um gabinete e por 17 seccionais, sendo que 13 delas são generalistas, ou seja, exercem o controle orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial sobre as atividades gerais de todos órgãos e secretarias. As demais 4 seccionais são chamadas de especializadas, pois atuam em assuntos específicos: Folha de pagamento, Contabilidade, Licitações e Obras.

As Seccionais da CAGE estão estrategicamente posicionadas próximas à Gestão, seja em termos de estrutura organizacional ou mesmo quando se fala dos fluxos dos processos de trabalho. Os atos praticados pelos Ordenadores de Despesa, sobretudo aqueles que acarretarem execução de despesas, são ordinariamente submetidos à apreciação das seccionais da CAGE, que além de cumprirem sua missão institucional de zelar pelo bom uso dos recursos públicos, tecem orientações à Gestão visando mitigar os riscos de os objetivos dos órgãos estaduais não serem cumpridos, bem como reduzindo as chances de futura responsabilização dos Administradores perante as diversas instâncias de controle, seja administrativa ou judicial.

Divisão de Controle da Administração Indireta

DCI

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) é a área responsável por realizar auditorias nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economista mista do Estado, tendo como missão aumentar e proteger o valor organizacional das entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul, fornecendo avaliação e consultoria baseados em risco.

A Divisão tem como diretriz o aperfeiçoamento de seus processos e procedimentos, visando aproximar sua atuação às práticas internacionais de auditoria e otimizar sua contribuição para o aprimoramento dos processos da gestão pública estadual. Neste sentido, tem como objetivo estratégico a certificação de sua atividade no nível 2 do modelo de Capacidade da Atividade de Auditoria Interna (IA-CM) até o final de 2025 e no nível 3 até 2027.

Divisão de Estudos e Orientação

DEO

A Divisão de Estudos e Orientação (DEO) desempenha importantes atribuições, destacando-se o papel orientativo, por meio do qual atua dirimindo dúvidas e uniformizando os entendimentos do órgão em matérias de atuação do controle interno, a exemplo da execução e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, legalidade de atos e processos administrativos voltados à execução das despesas da administração pública. Ainda, compete à DEO estudar e propor atualizações de normativos, além de publicar e divulgar manuais técnicos, a exemplo do Manual de Orientação do Gestor Público, atualmente em sua 5ª edição, que tem o propósito de oferecer a todos os envolvidos na gestão de recursos públicos uma fonte de consulta e orientação, com vistas à apropriada tomada de decisões no trato das finanças públicas, observadas as normas legais vigentes e os princípios aplicáveis à Administração Pública.

Outra importante atribuição da Divisão, recentemente acrescida em virtude da publicação da Lei Anticorrupção estadual, é a de avaliar os programas de integridade das empresas contratantes com o Estado ou daquelas que estejam sendo processadas com base na referida norma, além de atuar fortemente na promoção da integridade pública e privada, por meio de projetos e iniciativas específicas, a exemplo do Projeto Escola Íntegra.

Divisão de Informações Estratégicas

DIE

A Divisão de Informações Estratégicas (DIE) é a área responsável por disponibilizar ferramentas de análise de dados tanto para os gestores públicos estaduais quanto para os servidores da própria CAGE. A DIE busca entregar, através de ferramentas da ciência de dados, relatórios gerenciais voltados tanto à tomada de decisão como ao embasamento de trabalhos de controle e auditoria. O principal produto entregue pela divisão hoje é o CAGE Gerencial: portal de Business Intelligence com painéis de análise de dados disponível para toda a Administração Pública Estadual.

Uma das atividades consolidadas da divisão é a gerência do Sistema Custos RS, onde a DIE atua orientando os Grupos Setoriais de Custos dos órgãos e entidades na criação e manutenção das estruturas de alocação de custos e na produção dos relatórios de análise de custos e produtividade, além de disponibilizar os painéis do Sistema Custos RS no portal CAGE Gerencial.

A divisão atua continuamente na busca de soluções inovadoras para solucionar problemas a partir do uso e do cruzamento de dados. Projetos como o MINA (Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria), buscam um direcionamento dos trabalhos de auditoria e controle baseado em dados, auxiliando os servidores da CAGE no atingimento do seu propósito.

Divisão de Informação e de Normatização Contábil

DNC

A Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) é responsável pela definição das regras gerais da contabilidade estadual como Plano de Contas, ementários da receita e da despesa, ementário de fontes de recursos, emissão de Guias de Lançamentos Contábeis e atendimento de dúvidas dos diversos órgãos. Todas as atividades são realizadas observando as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Também é responsabilidade da Divisão a evidenciação contábil, orçamentária e fiscal consolidados e da administração direta do Estado. Na evidenciação, destacam-se relatórios legais como Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal, a Prestação de Contas do Governador, o Balanço Geral do Estado e relatórios gerenciais como o RS Contábil.

Divisão de Tecnologia da Informação

DTI

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) é responsável por gerenciar sistemas corporativos de Estado. Ela recebe as demandas de usuários dos órgãos e de usuários externos ao Estado para aperfeiçoamento de sistemas, desenvolvimento de projetos de sistemas, construção de páginas. Com isso, a divisão faz levantamentos de requisitos, estima o esforço com os fornecedores de TIC contratados (analistas de sistemas e desenvolvedores) e implanta as soluções. Depois, realiza o suporte técnico e pode realizar o suporte de negócio.

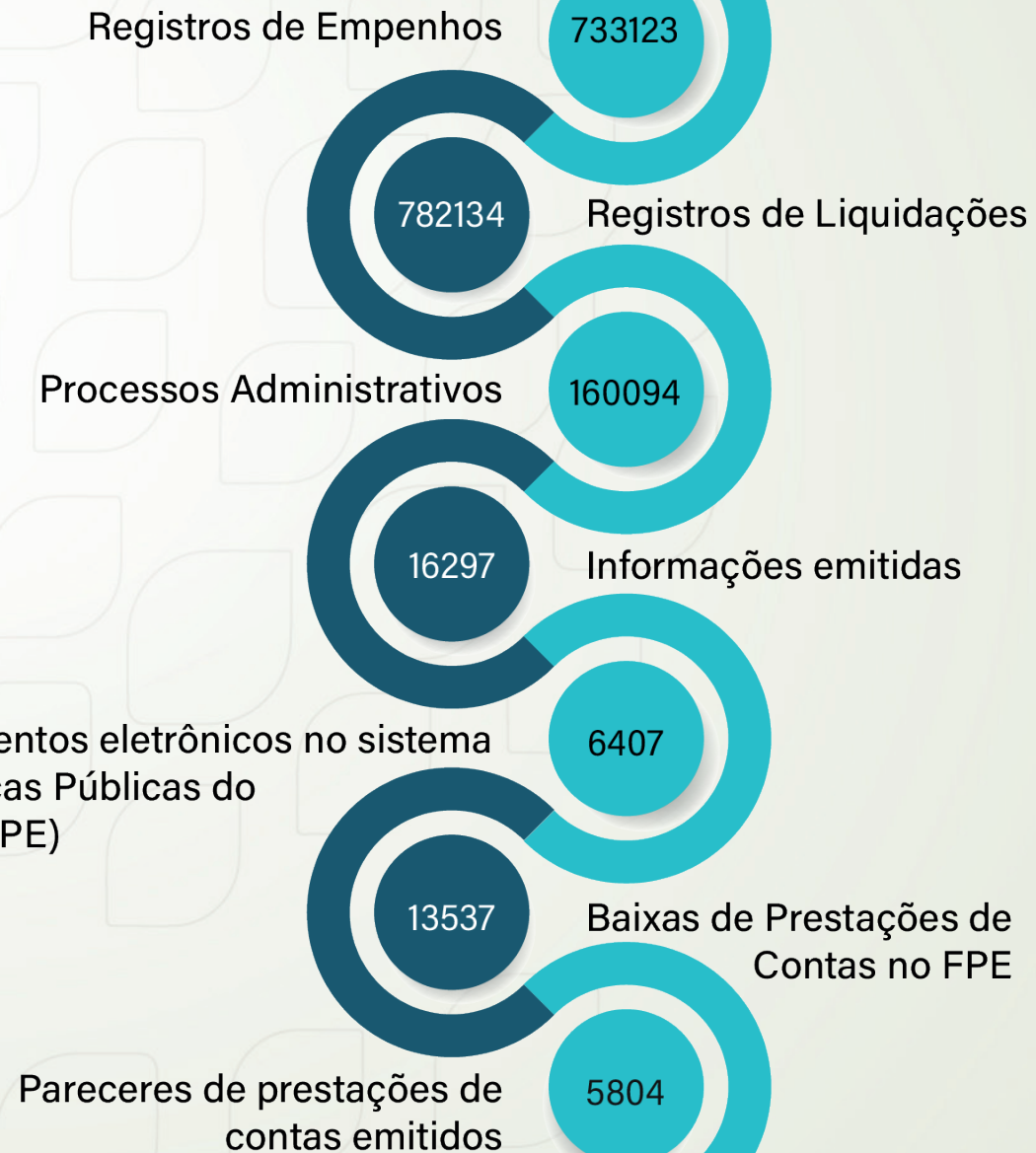
Dentre os sistemas que a DTI atua constam:

- a. O Finanças Públicas do Estado (FPE) e seus diversos módulos como a Execução da Despesa e Receita e a Contabilidade do Estado. Ficando responsável por todas as transações que envolvem despesa ou receita do Estado transitam pelo FPE;
- b. Portal da Transparência RS: página que disponibiliza para a sociedade informações sobre a receita, a despesa e detalhamentos por tipo de despesa;
- c. Portal de Convênios e Parcerias: página com o objetivo de ser o canal entre o Estado e os Convenientes e Parceiros. Nele podemos encontrar os repasses realizados pelo Estado e acompanhar a sua execução.

Auditoria e Controle



Atividades de Controle Prévio em 2023 -
Controle da execução da despesa pública
(empenhos e liquidação):



Nova seccional responsável pelo controle de obras do Estado

A Seccional Especializada de Obras Públicas fez parte do projeto de estruturação e teve cooperação do Escritório de Projetos e Processos (EPP) no planejamento e o acompanhamento do projeto de estruturação da unidade especializada na orientação e no controle de obras públicas, a partir de uma demanda da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), a qual as Seccionais são vinculadas.

O EPP elaborou o desenho do processo de contratação de obras e serviços de engenha-

ria, o qual contém todas as atividades desempenhadas no fluxo deste processo, agregando melhorias para sua otimização. Ainda entregou o POP - Procedimento Operacional Padrão, que detalha todas as rotinas dos processos e os seus responsáveis, e relaciona todos os dados do processo, como legislação correlata, objetivos e exceções.

A Seccional de Controle de Obras da Cage iniciou suas atividades em maio de 2023 com objetivo de fazer o controle, empenho e a liquidação das

obras e dos serviços de engenharia do Estado.

A partir de sua criação, todas as Seccionais da Cage junto às secretarias de Estado deverão direcionar os expedientes de empenho e liquidação de obras e de serviços de engenharia para a Seccional da Cage de Controle de Obras. A criação da Seccional atua junto à diretoria de buscar o aumento da produtividade e eficiência operacional da Cage, a partir da sinergia obtida pela especialização de algumas atividades de controle.



AUDITORIAS REALIZADAS

IA-CM

O IA-CM é o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna. É um framework internacional, reconhecido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), que define as práticas necessárias para uma auditoria interna efetiva no setor público. Ele ajuda a garantir que a auditoria interna esteja atendendo às necessidades da administração da organização e às expectativas dos profissionais da área.

A CAGE participou do projeto de autoavaliação com base no modelo IA-CM, com posterior validação externa, liderado pelo Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI.

A autoavaliação teve como parâmetro o nível 2 do modelo, e contou com a validação externa da Controladoria-Geral de Pernambuco (CGE-PE).

Conforme resultado da validação, a CAGE possui 20% dos KPAs (Key Process Areas) implementados. Como resultado, foram elaborados planos de ação para a implementação das ações necessárias ao atingimento do nível 2.

No processo de convergência às normas internacionais de auditoria e na utilização do modelo IA-CM, a DCD contou com a implantação de um Plano Anual de Auditoria (PAA). Com ele foram realizadas 2 auditorias que geraram 1 comunicado de auditoria e 1 relatório de auditoria especial.

Comunicado de Auditoria - Auditoria FCVS

Por solicitação da Secretaria da Fazenda, a DCD realizou auditoria especial de encerramento nas contribuições mensais realizadas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), referentes ao exercício de 2019, do agente Financeiro Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS. Tendo em vista a extinção dos últimos 3 contratos ativos em poder da extinta COHAB/RS em outubro de 2018 (Anexo III), não foram devidos recolhimentos mensais ao FCVS em 2019.

Relatório de Auditoria Especial - Auditoria SEDUC

A seccional da CAGE junto à SEDUC identificou o não cumprimento da responsabilidade de pagamento de contribuições previdenciárias decorrentes das retenções de serviços prestados por pessoas jurídicas e de obras na Secretaria da Educação. Emitiu assim, suas considerações, através de um Comunicado de Auditoria.

Foi realizada reunião de orientação à área técnica com o objetivo de aprimorar os procedimentos sugeridos pelo comunicado e as pendências de recolhimento foram sanadas.



Trabalhos de Auditoria Realizados pela Cage

MINA

O MINA (Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria) é um sistema que torna o processo de auditoria mais eficiente e eficaz. Com ele é possível analisar grandes volumes de dados em busca de padrões incomuns que podem indicar possíveis erros ou irregularidades, além de permitir o acompanhamento das ações tomadas para corrigir os problemas identificados.

Através do MINA, foi possível a quantificação do Controle da Administração Indireta com dados sobre documentos expedidos pela divisão, trabalhos de auditoria realizados (Auditorias de exercício, Auditorias de Acompanhamento, Auditorias especiais) e execução do Plano Anual de Auditorias.

Documentos emitidos em 2023 pela DCI



Auditorias executadas em 2023 pela DCI:



Melhorias no processo de adiantamento numerário

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) aliada ao Escritório de Processos e Projetos (EPP) iniciou um projeto de redesenho do processo de Adiantamento de Numerário com o objetivo de padronizar a atuação das seccionais, visando a redução de tarefas operacionais, agregando melhorias no controle interno e para o gestor público.

O trabalho visa reduzir transações, além de permitir a padronização da atuação das seccionais, tornando as checagens automatizadas através de planilha eletrônica. Também será possível verificar a redução total do trabalho manual na análise das prestações de contas, gerando dados eletrônicos que permitirão validações automáticas, cruzamento de dados e

mineração. Com isso, será possível uma maior agilidade, facilitando o gerenciamento, gasto e prestação de contas dos recursos. A padronização e resposta a dúvidas irá trazer maior segurança para o gestor na execução de pequenos gastos, agilizando a entrega dos serviços públicos.

No ano de 2023 o processo de adiantamento de numerário foi redesenhado, como resultado obteve-se um conjunto de melhorias, as quais foram subdivididas em: implantáveis no curto, médio e longo prazo. Esse projeto está vinculado ao Macroprocesso Finalístico "Auditoria e Controle" e aos objetivos estratégicos 'Processos Internos' e 'Otimizar os processos de trabalho, com foco em melhoria da eficiência operacional e automação.'

Curto prazo (já implantadas)

desenvolvimento de planilha eletrônica que automatiza a verificação das regras legais de aplicação do numerário (prazos, multas, valores etc.), fornecendo às seccionais, apontamentos automatizados.

desenvolvido manual de uso interno que padroniza as rotinas e compreensão do tema.



Longo prazo

Desenvolvimento do módulo de prestação de contas do adiantamento de numerário no FPE 2

Médio prazo

mudança legislativa, incluindo a ampliação do prazo de uso do recurso para 90 dias, alinhando a legislação nacional;

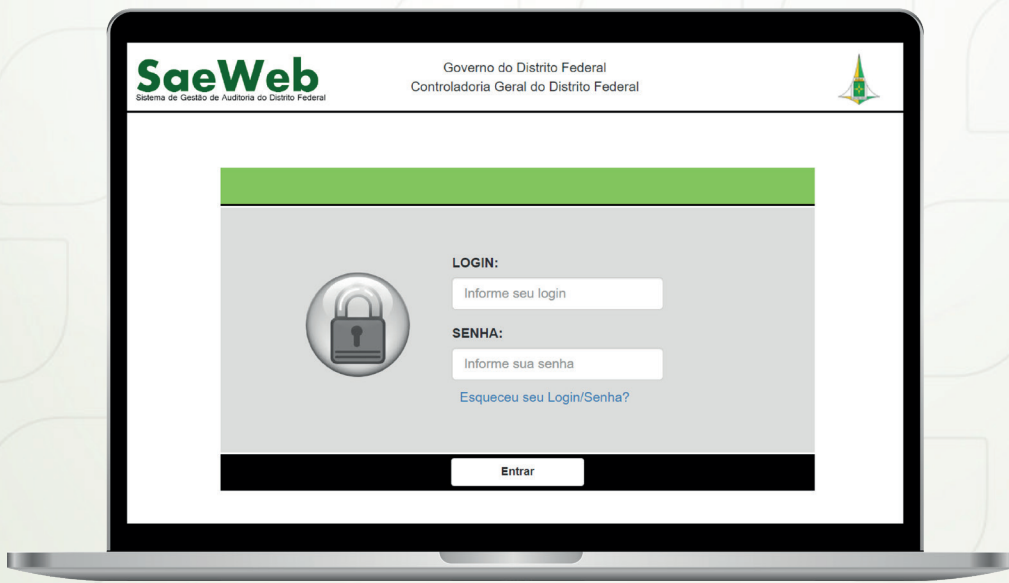
a implantação de NAD única para solicitação dos pedidos de adiantamento;



Saeweb

A CAGE recebeu, mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, o código-fonte do sistema de auditoria SAEWEB, da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF.

O sistema representa mais um avanço no processo de adoção das práticas de auditoria interna governamental do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM).



Divulgação dos Benefícios Gerados

Durante o ano, foi publicado mensalmente o produto de comunicação "Benefícios Gerados", que apresenta o resultado mensal e anual de auditorias realizadas em 2023. O benefício é quantificado e registrado – para fins gerenciais – quando constatada, por exemplo, que a orientação da CAGE impulsionou a redução de valores licitados ou contratados, mantendo a quantidade e a qualidade necessárias aos bens e serviços; a interrupção ou a adequação de pagamentos indevidos; ou a elevação de receitas.

Em 2023, a CAGE, através das Divisões de Controle, gerou um acumulado de R\$ 288.177.253,44 em Benefícios financeiros efetivos ao Estado.



Novo Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado (CHE)

A nova versão do Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado (CHE) entrou em operação em 2023. O sistema administrado pela Cage por meio da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), consolida em um único local a documentação exigida para que municípios gaúchos e entidades convenentes firmem convênios e termos de cooperação com a Administração Pública Estadual e para que possam emitir a certidão de habilitação.

O Sistema de Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado (SIS-CHE) abrange informações de órgãos como Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre outros. O objetivo é garantir importante controle sobre o atendimento das exigências da legislação e maior agilidade no processo de habilitação dos convênios estaduais pelas Secretarias de Estado.

O novo SIS-CHE, apresenta várias evoluções em relação ao anterior que estava defasado e contava com um grau de interferência manual. Além de gerar uma rotina desgastante, colocava em risco a qualidade das informações armazenadas. Agora, as principais informações são coletadas automaticamente dos sites fontes. Além disso, a nova tecnologia aplicada facilita as validações dos dados e a manutenção pela DTI.

Outra novidade é a viabilização de ferramenta às Secretarias em atendimento ao Decreto Nº 56.939, de 20 de março de 2023, que instituiu o sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos. O novo recurso disponibilizará publicamente em tempo real a condição dos municípios quanto à adesão aos convênios com o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (Peate/RS), a Rede Bem Cuidar RS e o Pro Clima 2050, entre outros.

PróAudit

Projeto que aprimora o processo de auditoria, com o objetivo de fortalecer e padronizar a atividade de auditoria interna no Estado do Rio Grande do Sul.

Portal de Convênios e Parcerias RS

Os principais clientes do Portal de Convênios e Parcerias RS são as Organizações da Sociedade Civil (OSC), os Municípios, os hospitais, as Universidades Federais e as demais pessoas que celebram ou que tenham interesse em celebrar parcerias ou convênios com o Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2023 foi disponibilizado para os Municípios e demais possíveis convenentes uma área de acesso restrito onde é possível encaminhar propostas de celebração de convênios. Chamamos essa área de CDTV, Cadastro de Demandas de Transferência Voluntária.

O Portal, também oferece uma área de acesso livre onde qualquer pessoa pode acessar uma interface simplificada de pesquisa do sistema de convênios e parcerias do sistema FPE, tendo acesso a todos os editais de chamamento público e instrumentos de transferência voluntária cadastrados no sistema FPE.

Por último, cabe destacar a área de documentação. Nela é possível localizar toda a legislação acerca do tema e todo o material de apoio à utilização do sistema já produzido para os parceiros e para os convenentes.

Contabilidade



Relatórios Fiscais

Todos os relatórios fiscais estavam atualizados até a última versão do Manual de Demonstrativos Fiscais. Durante o exercício de 2023, foram elaborados 12 RS Contábil. A DNC participou da elaboração de 3 Relatórios de Transparência Fiscal (RTF).

Relatórios publicados:

- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) publicado bimestralmente

Balanço Geral do Estado

O Balanço Geral do Estado é peça integrante da prestação de contas governamental, compreendendo o conjunto ordenado das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Estadual abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, e as Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

Ele apresenta a análise e interpretação de resultados, com o desempenho dos diversos órgãos do governo, mediante o exame dos indicadores fiscais, dos índices constitucionais e legais, e dos efeitos das principais transações realizadas no período relativas à gestão orçamentária, fiscal, patrimonial e financeira.

- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) publicado quadrimestralmente
- Relatório de Transparência Fiscal (RTF) publicado quadrimestralmente

Concomitantemente à publicação do RGF, a Cage tem coordenado a elaboração do RTF, que sempre é apresentado em coletiva de Imprensa pela Secretária da Fazenda.

Além da Cage, participam da elaboração do RTF o Tesouro e a Receita.

[Clique aqui para acessar os RTFs publicados.](#)

No exercício de 2023, foi elaborado o Balanço Geral de 2022 e foi o primeiro exercício em que o Balanço Geral do Estado foi unificado com a Prestação de Contas do Governador. Nos anos anteriores, ele era publicado em Diário Oficial com as demais demonstrações e notas explicativas.

A equipe identificou uma sobreposição e durante o exercício de 2022 foi planejada a unificação dos produtos, o que resultou na primeira Prestação de Contas do Governador publicada em Diário Oficial de forma concomitante à entrega do documento ao Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa. O prazo de entrega do documento é dia 15 de abril de cada exercício e essa unificação permite que o trabalho seja realizado com maior qualidade.

Qualificação da Informação Contábil

Projeto que estrutura mecanismos para automatizar e centralizar as informações, para maior gestão das demandas, redução do retrabalho e das republicações, além de promover a integração entre os envolvidos, para que assim, a Contabilidade seja a única fonte no Estado para a geração destes dados.

Esse projeto teve participação da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) com a melhoria da nota do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi.

A principal melhoria a ser desenvolvida é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), um conjunto de informações contábeis estaduais enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional.

RS Contábil

O RS Contábil é uma publicação mensal que apresenta, de forma gráfica, os principais dados extraídos de demonstrações contábeis e fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, em especial do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Os principais indicadores que compõem essas publicações são condensados em tabelas ou gráficos, a fim de facilitar a leitura e servir como guia para os mais diversos usuários interessados nas finanças do Estado. Entre os mais diversos dados apresentados, destacam-se os Resultados Orçamentário e Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), o Resultado Previdenciário, os mínimos com Saúde e Educação, além da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e da Despesa com Pessoal.



Orientação e Suporte à Tomada de Decisão



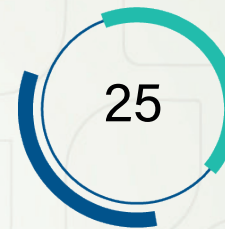
Normativos



Informações (PROA).

informações além de Notas Técnicas, Enunciados Normativos e demais orientações exaradas.

informações além de Notas Técnicas e demais orientações exaradas.



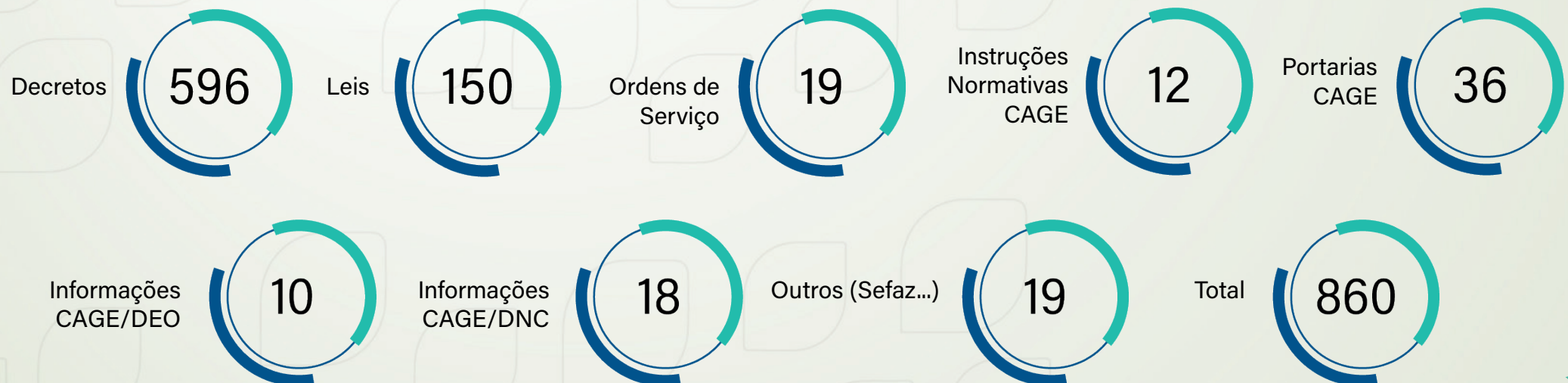
orientações por e-mail.

SINCAGE

O Sistema de Informações da Cage (Sincage) integra o Portal de Legislação e Jurisprudência da Secretaria da Fazenda e é utilizado como repositório de documentos, em especial a legislação estadual consolidada, além de uma base completa de normativos relacionados ao controle interno estadual para consulta de toda a sociedade.

No ano de 2023, em virtude da migração para a plataforma Legis 3, o Sincage recebeu novo leiaute, mais moderno e de fácil acesso. Além disso, o gerenciamento do Sistema passou da Divisão de Estudos e Orientação para o Gabinete da Cage.

Sincage em números:



Transmissão de Conhecimento ao Gestor Público

Para Público Externo

Capacitação dos Membros dos Grupos Setoriais de Custos

Para capacitar e atualizar os membros dos GSCs e diretores administrativos, a Cage, através da Divisão de Informações Estratégicas (DIE), realizou a *live* sobre o sistema Custos RS no dia 08 de março de 2023. O evento contou com a participação de cerca de 90 pessoas. Nele, a equipe da DIE abordou aspectos gerais para elaboração do relatório anual de custos e demonstrou novas ferramentas de consulta do Cage Gerencial.

As reuniões consistem na apresentação do CAGE Gerencial, nos níveis gerencial, analítico e de custos, abrangendo temas como execução orçamentária da receita e da despesa, diárias, convênios, locações, despesas com água e luz, e relativas à Procergs. Mas também aborda o consumo e gerenciamento de materiais, gastos com manutenção, funcionamento e recursos humanos.

Capacitações de Agentes Públicos para o Uso Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar - CFIL

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), em parceria com a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), realizou visitas aos principais operadores do sistema Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar do Estado (CFIL/RS). Os encontros trataram sobre as principais estruturas de licitação e contratos do Estado e apresentou o novo sistema.

Foram realizadas 3 reuniões nos dias 04, 05 e 18 de abril que contemplaram a Subsecretaria de Administração - Central de Licitações (Celic), o

Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS), a Secretaria da Educação (Seduc), a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), o Corpo de Bombeiros e a Brigada Militar, a Secretaria da Saúde, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), a Corsan e a Justiça Militar.

Servidores recebem capacitação para o novo sistema de Monitoramento dos Convênios Administrativos

Fiscais de convênios da Administração Estadual e servidores municipais envolvidos com a temática participaram da capacitação sobre o novo sistema de Monitoramento dos Convênios Administrativos. A Procergs sediou o treinamento híbrido, realizado em 6 de abril de 2023.

Ciclo de Debates sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos

Panorama dos decretos regulamentadores

Voltado aos servidores públicos estaduais, em que se discutiu o panorama dos decretos regulamentadores da Lei Federal n 14.133/2021. Contou com a participação do servidor Leonardo Scheffer, que apresentou painel dentro do tópico dispensa de licitação. Ocorrido em 18 de julho, na sede da Procuradoria-Geral do Estado.

Plantão CASP

O Plantão CASP é um projeto da Divisão de Informação e Normatização Contábil (DNC) que consiste na realização de encontros para tratar de assuntos sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Os encontros são direcionados a auditores e técnicos da Cage, assim como contadores de autarquias e fundações.

Em 2023, foi realizado um Plantão CASP. O evento, organizado pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) e direcionado aos gestores públicos estaduais da administração direta e indireta, foi transmitido online e ocorreu no dia 25 de julho. Na ocasião, os auditores do estado Guilherme Speroni Lentz e Márcia Silvano Estraich palestraram sobre o tema "Fontes de Recurso - Portaria STN 710/2021 e a aplicação na contabilidade do Estado" para um público de 50 pessoas..

Sistema de Registro de Preços

O auditor-fiscal Tiago Francisco Santi, da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), palestrou no quinto encontro do Ciclo de Debates Lei de Licitações e Contratos, realizado em 15 de agosto, no Auditório da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Treinamento sobre ISSQN à Secretaria de Saúde do RS

O auditor do Estado Thiago Fraga Lima e o auditor-fiscal Ivan Heitor Silva, da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), deram treinamento aos servidores da Secretaria Estadual da Saúde (SES), responsáveis pela gestão orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Saúde (FES).

O principal objetivo da capacitação, realizada no dia 24 de agosto, na sede da Secretaria, foi orientar a equipe do FES à correta aplicação das regras do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), visando mitigar o risco de destinar a retenção para o local (município) e nos valores errados.

Encerramento do Ciclo de Debates

No evento de encerramento do Ciclo de Debates Nova Lei de Licitações e Contratos, o chefe da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), Ricardo Lacerda Martins Santiago, abordou o tema "Gestão de Contratos e Penalidades", sob a perspectiva do Controle. O evento híbrido reuniu 40 pessoas no dia 29 de agosto, no Auditório da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e foi assistido por mais de 400 espectadores por meio de plataformas virtuais.

Cage participa do 1º Curso Execução Orçamentária que capacita Brigada Militar e Corpo de Bombeiros na gestão dos gastos públicos

Policiais militares que desempenham funções nos setores de logística e patrimônio iniciam capacitação para compreender e executar as operações relacionadas a recursos públicos. O 1º Curso Execução Orçamentária da BM acontece em uma parceria entre Brigada Militar e a Seccional da Cage junto ao órgão, no dia 25 de setembro, aconteceu a Aula Inaugural com palestra do Coordenador da Seccional da Cage junto à Brigada Militar, Marcus Guttler Pizzato.

Apresentação do Cadastro de Demandas de Transferências Voluntárias (CDTV)

Com vias de apresentar e capacitar os agentes públicos, no dia 31 de outubro foi realizado evento promovido pela Sefaz, Casa Civil e SPGG, com transmissão online com participação de cerca de 250 participantes entre prefeitos, secretários municipais, associações de municípios, consórcios municipais, deputados, vereadores e assessores. Também participaram do evento, o secretário adjunto da Casa Civil, Gustavo Paim, e o contador e auditor-geral do Estado, Carlos Geminiano Rocha Rodrigues.

Ampliação da base de cálculo das retenções de IR

O projeto de ampliação da base do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica surgiu na esteira do amadurecimento da jurisprudência do STF no sentido de reconhecer aos entes subnacionais o direito ao auferimento da receita previstas no inciso I do artigo 157 da Constituição Federal, o qual decorre da retenção na fonte do IR devido em relação aos pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações estaduais. O novo regramento exigiu uma série de iniciativas para a adaptação do Estado à nova sistemática que se aproximava. Elas incluíam aspectos de orientação, comunicação interna e com empresas, e profunda adequação dos sistemas, razão pela qual foram organizadas em um projeto.

Sob a liderança da CAGE, e com participação ativa dos órgãos e entidades estaduais, na operação e na disseminação das orientações às empresas, concretizaram-se importantes entregas como o Manual de Orientação para a Retenção de Imposto de Renda na Fonte, melhoria nos módulos de documento credor e execução da despesa do sistema FPE.

O projeto foi fundamental para relevante incremento na arrecadação de imposto de renda pelo Estado no ano de 2023. Os valores de imposto de renda retido na fonte derivados da nova sistemática de retenção alcançaram, em 2023, o montante de R\$ 104,49 milhões (R\$ 80,32 milhões oriundos da Administração Direta e R\$ 24,17 milhões da Indireta), aqui contempladas a administração direta, autárquica e fundacional e desconsideradas outras formas de arrecadação do imposto de renda pelo Estado, como aquele advindo de pagamentos a pessoas físicas ou da folha de servidores.



Produtos entregues em 2023

CAGE Gerencial

O CAGE Gerencial é acessado por servidores públicos estaduais (dos mais diferentes órgãos e cargos). Alguns painéis são exclusivos de determinados públicos (especialmente painéis voltados à auditoria, que são de acesso exclusivo de servidores da CAGE).

A constante inclusão de novos dados e painéis no CAGE Gerencial é fundamental para manter a sua relevância como ferramenta de BI, em especial no auxílio à tomada de decisões. Uma das principais vantagens de um portal único de BI é a possibilidade de consulta a diversos temas em um só lugar. Dessa forma, os painéis foram entregues ou melhorados em 2023:

Os painéis do CAGE Gerencial são segmentados em diferentes níveis.

- nível Gerencial: aberto a todos os usuários e que possui painéis voltados à tomada de decisão dos gestores públicos e à elaboração de relatórios diversos. Dentro do nível Gerencial estão, por exemplo, os painéis voltados ao sistema Custos RS; nível Personalizado: onde são disponibilizados painéis que atendem necessidades específicas de determinados usuários; nível Auditoria: voltado a necessidades específicas da CAGE, incluindo os painéis do sistema MINA.

Painel Devolve ICMS

O DEVOLVE ICMS é um programa de desoneração subjetiva do ônus tributário suportado pelas populações com rendas inferiores do estado de baixa renda do Estado. Abrange famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) com base nos critérios de que recebam o benefício do Bolsa Família ou que cujo titular familiar tenha algum dependente matriculado na rede estadual de ensino médio regular. Todas as famílias beneficiadas devem possuir renda mensal de até três salários-mínimos nacionais ou renda per capita por mês inferior a meio salário-mínimo nacional.

O painel auxilia na busca de impropriedades no pagamento de alguns benefícios, principalmente no que se refere à adequação ao critério de renda máxima determinado pelo programa.

Painel Controle de Licitações

O painel “Controle de Licitações” relaciona os dados de Licitações com outras fontes a fim de facilitar e agilizar o acesso à informação para a tomada de decisão e controle interno.

As fontes de dados utilizadas no painel entregue em 2023 incluem dados dos sistemas CADIN, CFIL, RHE e FPE, Licitacon, Dados Abertos do Portal da Transparência, Dados Públicos CNPJ, Sistema Inabilitados e Inidôneos, API CNJ - Automatizando o Judiciário, Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.

Painel de Pendências de Prestações de Contas

O painel auxilia na gestão e monitoramento dos pagamentos que exigem prestação de contas posterior. Com ele, gestores ou servidores da CAGE podem controlar a quantidade de pagamentos pendentes de prestação de contas, tanto nos casos em que ainda há prazo, quanto nos casos em que a prestação de contas já se encontra em atraso.

Painel de Monitoramento de Convênios

A nova ferramenta tem por base o módulo de Monitoramento de Convênios, criado por equipe composta por auditores e técnicos da Cage e analistas da PROCERGS, em parceria com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e a Assessoria Técnica do Gabinete do Governador, que serão diretamente beneficiadas por essa iniciativa.

Os usuários da Cage atuam no sistema através do painel de Monitoramento de Convênios publicado no CAGE Gerencial. Em 2023 ele foi acessado por 60 usuários, num total de 388 sessões.

Um dos recursos oferecidos pelo Painel de Monitoramento de Convênios é uma seção com informações sintéticas, projetadas para atender às necessidades do chefe do Executivo. Gráficos detalhados revelam a situação dos convênios por município e região, apresentando valores repassados e o percentual de execução física dos projetos. Outra seção de análise detalhada foi desenvolvida especialmente para os fiscais, proporcionando uma visão diária dos acontecimentos, que permite ainda a criação de matrizes personalizadas, contendo dezenas de campos descritivos e numéricos.

Painel de Demandas de Transferências Voluntárias

O Cadastro de Demandas de Transferências Voluntárias (CDTV) é parte do Banco de Projetos, que busca simplificar fluxos e otimizar as ferramentas de gestão do Estado e de seus conveniados. Por meio dele, municípios, consórcios municipais, hospitais e universidades públicas poderão incluir e monitorar seus projetos de forma mais ágil e objetiva.

O sistema busca reunir, em um único repositório estadual, todas as demandas de transferências voluntárias de recursos financeiros mediante convênios administrativos com o Estado. Isso permite que as demandas sejam acompanhadas de forma concomitante com indicadores nos painéis do sistema CAGE Gerencial.

Piloto Projeto MONACO

O Projeto MONACO trata de sistema automatizado de Monitoramento e Notificação de Apoio ao Controle no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado que utiliza a ciência de dados para obter informações reais e enviar alertas para que gestores e tomadores de decisão possam agir de forma rápida e ágil na solução dos problemas identificados. Em 2023 foi elaborado o protótipo do projeto, possibilitando o envio de alertas do sistema MINA (mais especificamente aqueles relacionados às contas de água e energia) para gestores da Administração Estadual.

Piloto Banco de Vínculos (Neo4j) e Disponibilização do RedeCNPJ

Em 2023 foi disponibilizado aos servidores da CAGE acesso ao RedeCNPJ, ferramenta de código aberto para visualização em forma gráfica dos relacionamentos entre empresas e sócios. Além disso, foi desenvolvido o piloto de banco de vínculos utilizando-se o banco de grafos Neo4j, que permitirá análises avançadas no relacionamento entre empresas e sócios.

Criação do Portal de Demandas

O Portal de Demandas Cage foi o primeiro projeto a utilizar a metodologia do recém-criado Escritório de Projetos e Processos. Para sua criação participaram todos os integrantes do EPP.

Após sua ideação, o projeto foi acompanhado pelo EPP com a responsabilidade de levantar os requisitos, executar os acompanhamentos periódicos junto aos fornecedores parceiros (BEST e MLPro), e buscar a solução para eventuais impedimentos que pudessem ocorrer ao longo do projeto.

O piloto do Portal está planejado para 2024 a ser realizado junto à Secretaria de Agricultura, sendo realizados treinamentos com os usuários da nova ferramenta.

Melhorias implantadas em 2023

Inclusão da Lista Suja do Trabalho Escravo no painel Cadastros Unificados e do CFIL-FPE no painel Cadastros Unificados

Em 2023 foram adicionados dados da Lista Suja do Trabalho Escravo e do CFIL-FPE ao painel de Cadastros Unificados (antigo painel Cadastros Oficiais), que permite a verificação da presença de empresas e pessoas físicas em diversas bases de dados.

Números 2023

Em 2023 o Cage Gerencial foi acessado por 497 usuários, em um total de 6494 sessões no portal. No ano anterior haviam sido 3878 sessões feitas por 290 usuários (o aumento se justifica especialmente pela implantação de novas licenças do software Qlik Sense em abril de 2022, que permitiram a concessão ilimitada de acessos, e também pela disponibilização de novos produtos, como o painel de Monitoramento de Convênios).



Promoção da Integridade e Prevenção à Corrupção



Responsabilização de Pessoas Jurídicas

Em 2023, foi instaurado o primeiro Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) do Estado. O PAR é o processo previsto na Lei Anticorrupção pelo qual se oportuniza defesa a empresas acusadas e ao final do qual pode se decidir pela aplicação ou não de penalidades administrativas.

Também foi proposta a primeira ação judicial contra empresas para aplicação das sanções da Lei Anticorrupção decorrente de colaboração entre CAGE e PGE.

Foi aprovada a Instrução Normativa Conjunta PGE/CAGE nº 01, de 05 de setembro de 2023, regulamentando o fluxo de trabalho da Comissão Permanente de Responsabilização de Pessoas Jurídicas – CRPJ, a utilização do PROA para PAR, e outras lacunas que demandavam normatização.

Além disso, a CRPJ produziu materiais e estudou assuntos para orientação a respeito da Lei Anticorrupção, dentre os quais se destacam a aprovação de Enunciados sobre as hipóteses de impedimento e suspeição nos procedimentos da lei.



Programa de Integridade da CAGE

O Comitê de Implementação de Programa de Integridade da CAGE realizou mais de 10 reuniões em 2023 e implementou várias ações, dentre as quais se destacam o Código de Conduta Ética da CAGE e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta Ética da CAGE foi publicado no Diário Oficial e apresentado em evento interno para a Divisão de Controle da Administração Indireta - DCI, com a aplicação de um quiz com o objetivo de medir o entendimento daqueles envolvidos no treinamento em relação à normativa.

O Canal de Denúncias já está em pleno funcionamento por meio da Plataforma FalaBR, contando ainda com fluxo interno de tratamento de denúncias estabelecido em Portaria e com instituição de uma Comissão Permanente de Apuração de Denúncias - CPAD, composta por servidores da DEO, DCI e DCD.



Sistema de Controle dos Programas de Integridade - SCPI

Em 2023, foi lançada uma nova versão do SCPI, trazendo uma interface de uso mais intuitiva, mais segura e menos sujeita a erros de processamento, dentre várias outras melhorias.

Também foi publicado no ano o Comunicado Orientativo Circular CAGE nº 01/2023, com todas as orientações referentes à implementação da exigência de Programas de Integridade em contratos pelos órgãos e entidades públicas do Estado.

O SCPI e a experiência da CAGE com avaliação de Programas de Integridade foram objeto de palestras à Rede de Controle de Gestão Pública do RS e à Rede Nacional de Promoção à Integridade Privada.

Durante o ano a CAGE avaliou os programas de integridade de 73 empresas através do SCPI.



Transparência e Estímulo ao Controle Social





TRANSPARÊNCIA.RS

O Portal da Transparência RS consiste em um repositório dos mais variados dados sobre o uso do dinheiro público organizados em painéis estruturados para conhecimento público e análise da sociedade, além de vínculos com outras páginas do Estado e a disponibilização em dados abertos.

O Portal detalha informações sobre: Receitas, Desonerações e Convênios de Receita; Orçamento anual; Contas Públicas; Relatórios de Auditoria; Informações Classificadas e Desclassificadas; Despesas do Estado com gastos diretos, Folha de pessoal, Transferências Legais e Voluntárias como convênios e parcerias; Licitações e Contratos; Dívida Pública; Obras; Precatórios; entre outras.

Além dessas informações, o portal publicou Relatórios e Comunicados de Auditoria, Comunicados Orientativos, Relatório de Fiscalização, Relatórios de Consultoria e Relatórios e Pareceres de Auditoria Anual sobre as contas ordinárias da gestão referentes ao exercício de 2022.

As informações existentes no Portal referem-se aos três Poderes da esfera estadual: Executivo, Legislativo e Judiciário. Algumas dessas informações podem constar em outras páginas, para as quais o Portal direciona quando acionado.

A transparência ativa pelo Portal atende de forma mais eficiente a demanda da sociedade sobre dados públicos e as obrigações legais quanto à transparência, reunindo e disponibilizando informações sobre o uso do dinheiro público e as ações do Estado da melhor forma possível de forma ativa à sociedade. Os painéis estruturados permitem ao cidadão acessar em uma única página e de forma organizada informações de todo o Estado, fortalecendo a capacidade dos indivíduos de ter conhecimento e participar da tomada das decisões que afetam suas vidas. Já a disponibilização em dados abertos facilita a busca e a utilização pela sociedade para criação de análises, elaboração de críticas e de conteúdo próprio com esses dados, fomentando a cidadania e o controle social.

Números do Portal Transparência RS em 2023:

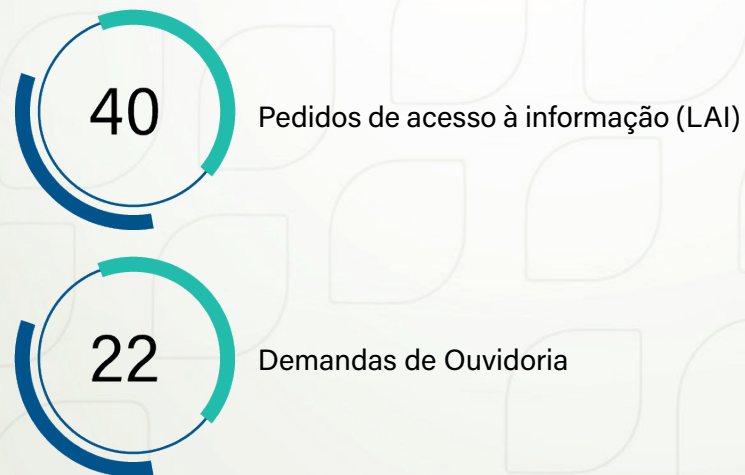


Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/LAI

O Serviço de Informação ao Cidadão - Lei de Acesso à Informação (SIC/LAI) é uma ferramenta que permite a qualquer pessoa solicitar e receber informações públicas de órgãos e entidades dos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No estado, o sistema é gerenciado pela Ouvidoria-Geral do Estado, vinculada à Casa Civil e, através dele é possível buscar informações sobre Dados sobre gastos públicos, Documentos oficiais, Estatísticas e indicadores sociais, Informações sobre políticas públicas, além de poder acompanhar a atuação do governo como um todo.

Demandas recebidas pelo Serviço de Informação da Cage em 2023



O sistema pode ser acessado através do site

<https://ouvidoriageral.rs.gov.br/sic-lai>.

Gestão de Sistemas de Finanças



Integração do FPE com Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE)

Utilização de requisição substituta

Esta funcionalidade derivou de uma necessidade identificada no fluxo de retornos e cancelamentos de requisições GCE para permitir retomar uma compra já iniciada, seja devido a alguma alteração no conteúdo, no orçamento ou por virada de ano.

Atualização do Manual do Processo de Compras no FPE

Foi realizada a inclusão de novas funcionalidades, sendo a principal a requisição substituta.

FAQ de Requisições GCE e Requisições financeiras

Documento elaborado visando auxiliar e formalizar o conhecimento para atendimento das demandas de requisições GCE e requisições financeiras dentro do FPE. Para isso, foram utilizadas principalmente demandas reais e suas soluções.



Alterações nos Fluxos de Contratos no FPE

Contratos de Obras

Os fluxos foram remodelados de acordo com necessidades de simplificação do processo de contratação de obras no sistema FPE demonstradas pela SEDUC, SOP e SPGG.

- Conforme demanda de Estado, foram refeitas as etapas, regras e validações dos fluxos de obras integrados com o SGO: Dispensa, Licitações, Autonomia Financeira e específico para Pequenos Valores.
- Com as alterações relevantes, foi necessária a atualização dos manuais de todos os fluxos de contratos de obras no FPE: Dispensa (manual de pequenos valores foi consolidado neste), Autonomia Financeira e Licitações. Todos estes manuais estão disponíveis na internet na página de manuais do FPE
- Novos Contratos de Obras cadastrados em 2023: 333
- Total de contratos em execução: cerca de 230.

Contratos de Locações

- Foram implantadas novas funcionalidades pontuais visando melhorar a experiência do usuário e a necessidade de demandas de ajuste.
- Novos contratos de locação de Imóveis cadastrados em 2023: 146
- Total de contratos em execução: 539



Convênios e Parcerias

Integração com Banco Banrisul via FPE

A solicitação de abertura de contas correntes para convênios e parcerias pode ser processada diretamente pelo FPE, o que proporciona a isenção de tarifas para as contas de Organizações da Sociedade Civil

(OSCs) e a automatização do envio de extratos bancários para o sistema, otimizando tanto a gratuidade do serviço quanto o controle e a auditoria das contas.

Sistema de Monitoramento de Convênios

O Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos (SMC) é resultado do trabalho integrado de auditores e técnicos da CAGE e de analistas da Procergs, em parceria com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e a Assessoria Técnica do Gabinete do Governador, que são diretamente beneficiadas pela iniciativa. A ferramenta tem por base o módulo de Monitoramento de Convênios e seu desenvolvimento surgiu a partir de demanda do Gabinete do Governador, com objetivo primordial de registrar procedimentos e ações relacionados à execução dos convênios nos quais o Estado do Rio Grande do Sul atua como concedente de recursos.

Entre suas principais funções, destacam-se o monitoramento da execução física dos convênios, com base nas declarações dos convenientes, e um controle mais efetivo e regular do fluxo financeiro, em conformidade com o [Decreto nº 56.939/2023](#).

O Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos é utilizado por convenientes como municípios, hospitais e consórcios públicos. Esse público acessa o SMC para inserir dados, informações e fotografias acerca do andamento do objeto do convênio.

O SMC tem dados de todos os convênios do programa Avançar e de todas as transferências voluntárias registradas pós 20 de março de 2023,

conforme disposto no [Decreto nº 56.939/2023](#).

O Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos é acessado por meio do [Portal de Convênios e Parcerias RS](#).

No primeiro semestre, foi dedicado a totalidade dos recursos de desenvolvimento à implementação do SMC, essencial para o monitoramento e gestão de convênios, celebrados majoritariamente com municípios. Sua implantação gerou um grande volume de atendimentos para a DTI com dúvidas, em sua maioria, sobre como acessar o serviço.

A complexidade do sistema exigiu a criação de três interfaces especializadas para a coleta e análise de dados:

- interface pública para inserção de dados pelos convenientes via Portal de Convênios e Parcerias RS
- interface interna para consultas administrativas dentro no sistema FPE
- rotina de transferência de dados para o DETIC, possibilitando análises avançadas via Business Intelligence.

Foi implementado também um indicador visual nos portais (sinaleira), para monitoramento intuitivo do status dos convênios.

Melhorias implantadas no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

No ano de 2023 foram desenvolvidas e implantadas 95 demandas de melhorias evolutivas relacionadas aos módulos do sistema Finanças Públicas do Estado – FPE, sendo que 68 delas são relacionadas ao módulo da Execução da Despesa e suas integrações.

Dentre essas entregas podemos destacar:

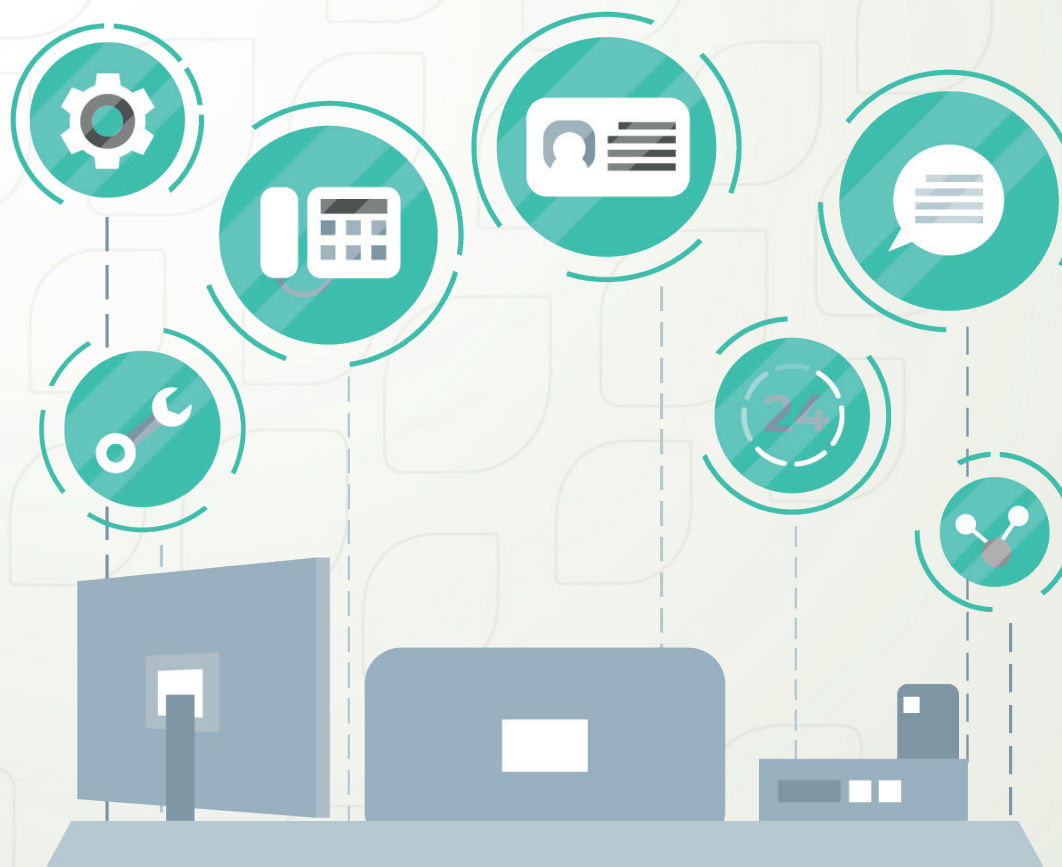
- Automatização da execução da despesa relacionada aos pagamentos do Programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG) de Prêmios isentos de Imposto de Renda Retido na Fonte. A automatização completa eliminou fases do processo que dependiam de ações manuais de usuários otimizando assim todo o fluxo do processo;
- Implementação de diversas rotinas com envio de arquivos de dados para sistemas de Estado interessados, tais como: CAGE Gerencial, Sistema de Monitoramento Estratégico (SPGG); Mapa de Governo (Gabinete do Governador), sistema de Alimentação Escolar (Secretaria da Educação), Mapa Avançar (Gabinete do Governador);
- Automatização da inclusão de Previsão de Retenção de Imposto de Renda a partir de dado do Documento Credor (Notas Fiscais e afins);
- Implantação de processo de execução da despesa individualizado por Credor integrado ao sistema próprio do IPE-Saúde que controla os pagamentos aos médicos credenciados;
- Geração automática de arquivo no formato PDF a partir dos documentos inseridos na aba Pagamentos das Prestações de Contas. Essa funcionalidade visa facilitar as conferências realizadas pelos usuários envolvidos no processo;
- Implantação do processo automatizado de Prestação e Análise de Contas do Passe Livre Estudantil (repasses que o Estado realiza através da Metroplan para os Municípios);
- Desenvolvimento da atualização tecnológica do módulo de Cadastro de Pessoa (Credores do Estado) com otimização do processo por meio de integração com o B-Cadastro (base de dados da Receita Federal do Brasil disponibilizado por meio de contrato pelo SERPRO) e ajuste no novo padrão de contas correntes da Caixa Econômica Federal;



Suporte Técnico aos Usuários de Sistemas Administrados pela CAGE

Em 2023 foram atendidas **19.828 demandas** relacionadas à dúvidas de usuários sobre a operacionalização de sistemas, emissão de certificados de capacidade financeira, cadastro de usuários dos sistemas e orientações sobre validações dos sistemas administrados pela DTI/CAGE.

A média de prazo de atendimento ficou em **1,09 dias**, sendo a meta de atendimento em **até 2 dias alcançada em 95,08%** das demandas.



Melhorias no aplicativo FPE Mobile

O FPE Mobile é o aplicativo do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) destinado aos gestores da Administração Pública Estadual como governador, secretários, e diretores de estatais.

Através do FPE Mobile é possível executar ações inerentes à função de Ordenador de Despesas, autorizando Solicitações de Empenho, Liquidação e Requisições; realizando a Assinatura de Convênios, Parcerias e Contratos de Obras gerenciados pelo FPE; permitindo a aprovação de Solicitações de Recurso Financeiros (SRF); e possibilitando a qualquer cidadão acompanhar a execução orçamentária dos órgãos estaduais, tanto do poder executivo quanto dos demais poderes.

O aplicativo foi desenvolvido pela PROCERGS em parceria com a Secretaria da Fazenda e está disponível para download no Google Play e Apple Store.

O primeiro gráfico (Comparativo 2020 a 2023) mostra a evolução do aplicativo em termos de utilização (transações realizadas) de cada funcionalidade, desde seu lançamento em 2020.

As funcionalidades relacionadas a “SRO” e à “Solicitação Ordenador”, incluídas no aplicativo no final de 2022, passaram a compor os dados estatísticos do FPE Mobile em Janeiro/2023.

Em termos de download do aplicativo nas lojas, houve uma pequena aproximação dos downloads realizados pela loja da Apple (para iPhone) com a loja da Google (para Android).



Gestão de Pessoas



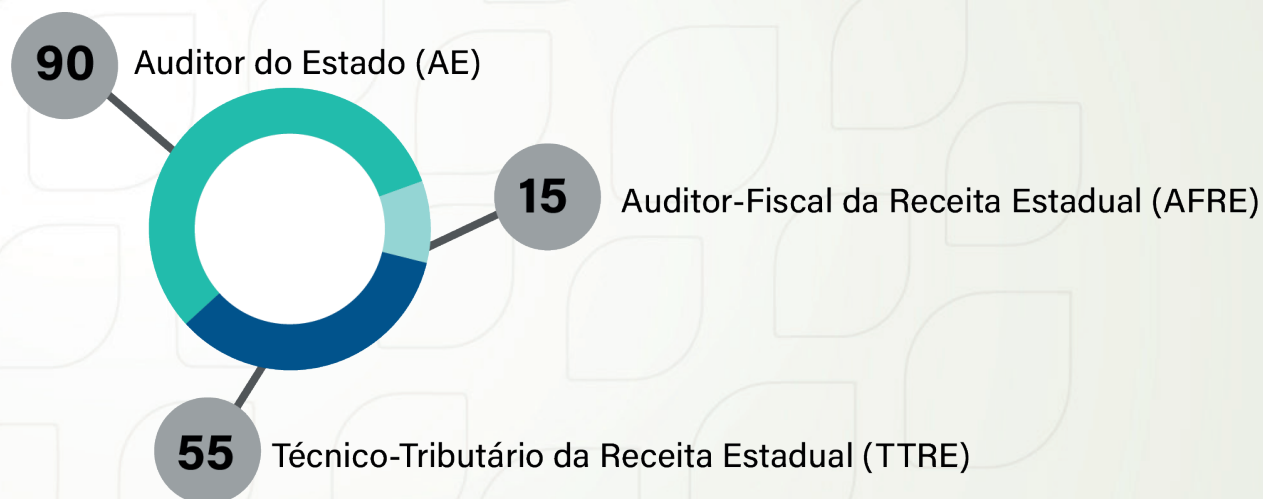
Pessoas

O quadro de pessoal da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado é formado por 202 colaboradores, entre servidores, cargos em comissão, terceirizados e estagiários.

No comparativo com o ano de 2022, houve um acréscimo de 2 profissionais.

A maioria, o equivalente a 72% dos colaboradores, está lotada nas Divisões de Controle da Administração Direta e de Controle da Administração Indireta.

Os servidores estão divididos em três cargos principais (posição em 31/12/2023):



Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Cargos em Comissão	TOTAL	%
Divisão de Controle da Administração Direta	93	15	5	0	113	56%
Divisão de Controle da Administração Indireta	26	6	0	1	33	16%
Divisão de Tecnologia da Informação	13	3	0	0	16	8%
Gabinete da Cage	10	4	0	1	15	7%
Divisão de Estudos e Orientação	8	1	0	0	9	4%
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	8	0	0	0	8	4%
Divisão de Informações Estratégicas	7	1	0	0	8	4%
Total	165*	30	5	2	202	100%

*Considera os demais cargos que compõem o quadro de servidores lotados na CAGE (Operador de Máquina de Contabilidade, Ex-Caixa e Assistente Administrativo Fazendário).

Evolução do quadro

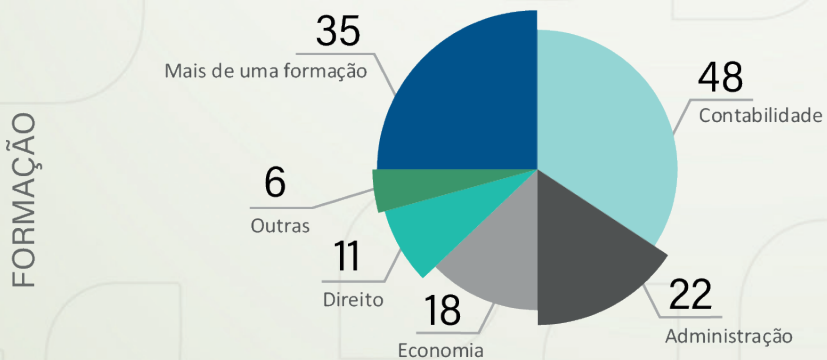
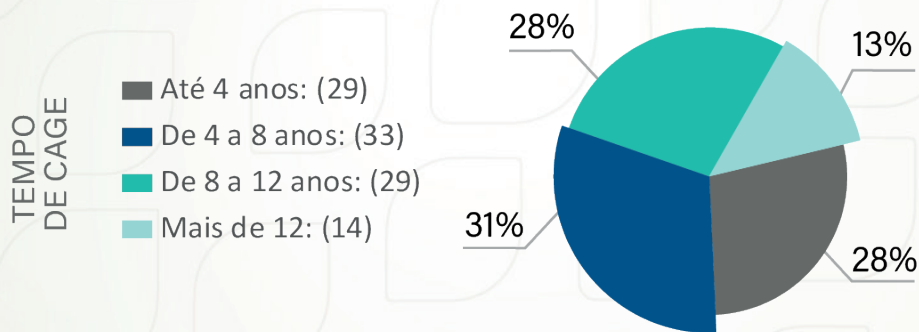
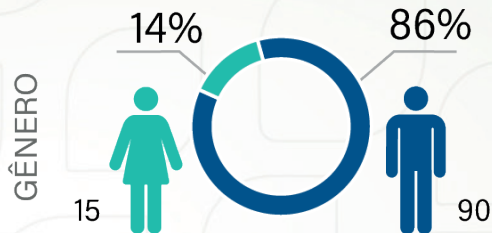
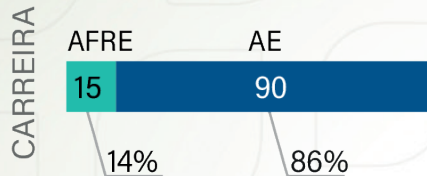
Em 2023, a quantidade de Auditores do Estado com efetivo exercício na Cage foi impactada por duas aposentadorias, uma exoneração e duas remoções para os Departamentos da Sefaz (Detic e Depad). Adicionalmente, houve a entrada de dois novos servidores e o retorno de um que estava cedido a uma entidade pública.

Em 2023, o quadro de auditores previsto na Lei Complementar nº 13.451/210 é de 170 servidores

	Cargos preenchidos	Cargos vagos	Taxa de vacância
2016	47	123	72%
2017	58	112	66%
2018	76	94	55%
2019	74	96	56%
2020	69	101	59%
2021	84	86	51%
2022	92	78	46%
2023	90	80	47%

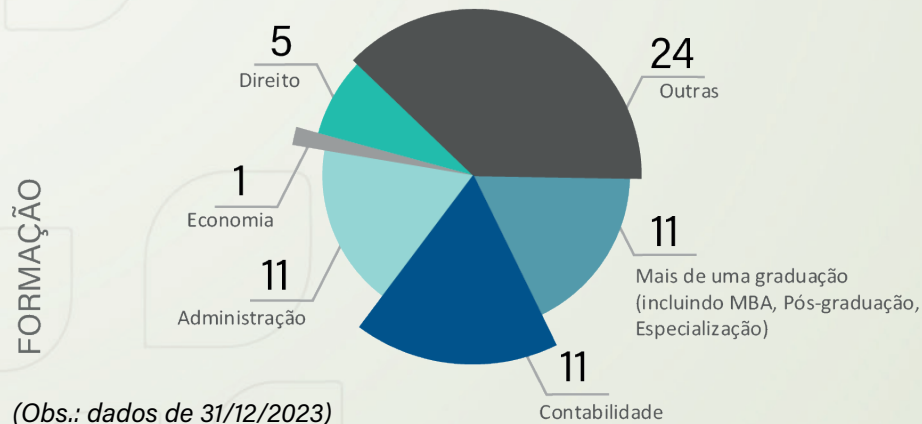
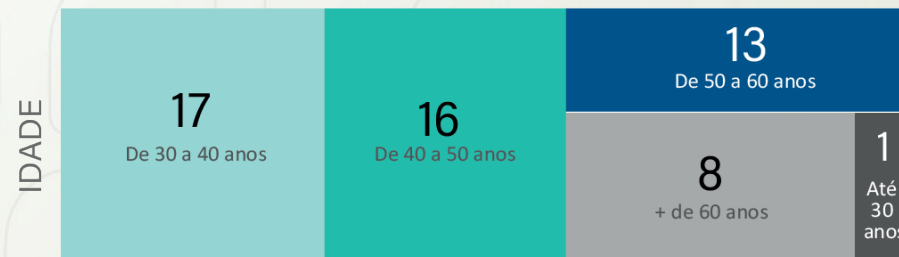
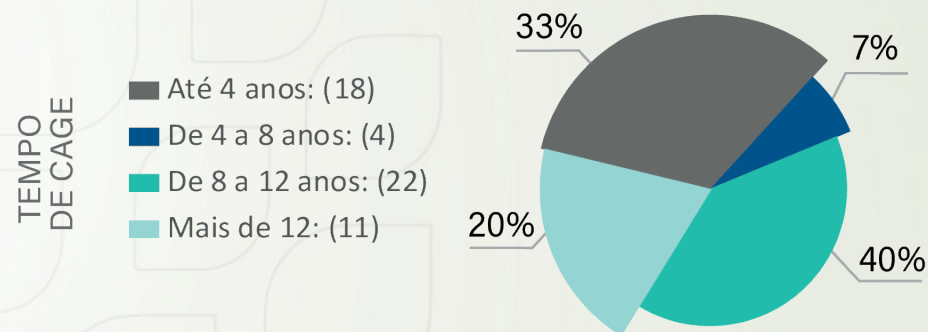
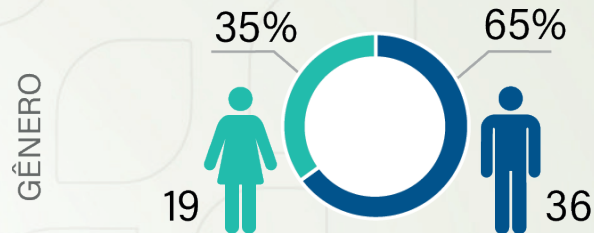


AUDITORES:



(Obs.: dados de 31/12/2023)

TÉCNICOS:



(Obs.: dados de 31/12/2023)

Capacitações e Eventos

A Capacitação e Transmissão de Conhecimento tem objetivo de qualificar o pessoal da Divisão de Controle da Administração Indireta em eventos trimestrais. Durante o ano de 2023 ocorreram quatro eventos.

N° CTC	Data	Assunto	Palestrante
66	30/03/2023	Case IPE Saúde Especial	Rafael Rosenfeld e Luiz Filipe Alves de Souza
67	22/06/2023	Auditoria de Governança de TI e Ferramentas de Automação (Case IPE Saúde)	Cleber Ferreira de Lima
68	12/09/2023	Sistema de Controle de Programas de Integridade (SCPI) e Comissão Permanente de Apuração de Denúncias (CPAD)	Felipe Andres Pizzato Reis, Tayguara Marques Moreira e Rodrigo Moreira Machado
69	12/12/2023	Código de Ética da CAGE	Álvaro Gonçalves Santos

Capacitação sobre Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controle Interno

Finalidade: Qualificação interna de pessoal – desenvolver as competências essenciais para desempenho da atividade de auditoria interna e formação continuada dos auditores

Público: 23 da DCI, 5 da DCD e 1 da DEO

Resumo: Foi apresentada metodologia de mapeamento de processos, que é a base para as demais atividades, e metodologia para identificação, análise e avaliação de riscos, controles internos, gerenciamento dos trabalhos de auditoria e elaboração de papéis de trabalho.

Palestrante: Wellington Alencar da Silva

Datas: 25, 26, 27, 30 e 31/10/2023 – 40 horas

Formato: Presencial

Local: Sala *Coworking* / Sefaz

Capacitação em Contabilidade Pública

Finalidade: Capacitação teórico-prática sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Público: Auditores e Técnicos Cage

Palestrante: Manuel Roque dos Santos Filho

Datas: 06/11 e 07/11

Formato: Presencial

Local: Espaço Inovação - Sefaz/RS

Evento GovTech Summit / Evento Porto Alegre

Finalidade: *Big Data Real-Time Analytics* com Python e Spark / DSA / 1º semestre

Statistical Modeling and Computation in Applications / MIT / 2º semestre

Público: DIE

Datas: 15 e 16 de junho 2023

Formato: Presencial

Local: Nau Live Spaces, no 4º Distrito, em Porto Alegre

Capacitação sobre as alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro

Finalidade: Tratou sobre as inovações promovidas pela Lei 13.655/2018 na Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro

Público: interno CAGE

Palestrantes: Hugo Penha e Leonardo Scheffer

Data: 28 de novembro, em evento virtual

Formato: Transmissão online

IX Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP)

Finalidade: principais assuntos de contabilidade pública, organização da STN e CRC

Público: DNC

Palestrantes: palestrantes nacionais e internacionais

Datas: 21 e 22/11/2023

Formato: Presencial

Local: Instituto Serzedello Corrêa (ISC) – Brasília/DF

Reunião de Comemoração 75 anos Cage

Finalidade: celebração 75 anos Cage

Público: Servidores Cage

Palestrantes: Carlos Geminiano Rocha Rodrigues e Antonio Carlos Ferreira Kehrwald

Data: 05/12/2023

Formato: Presencial

Local: AFOCEFE-Sindicato – Porto Alegre/RS.

Comunicação e Relacionamento Institucional



Termos de cooperação da SEFAZ com interveniência da CAGE firmados em 2023

CG-DF - SAEWEB

Trata-se do Acordo de Cooperação Técnica Nº Sefaz 23/10/027 e FPE Nº 323/2023, cuja súmula foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 28 de abril de 2023 (p. 152), e que tem como partícipes a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Sefaz/RS), tendo como interveniente a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, e a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CG-DF).

O objeto do Termo é a cessão do código fonte do sistema informatizado de autoria da CG-DF, denominado SAEWEB, bem como o compartilhamento e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos, com a finalidade específica de viabilizar a utilização, pela Sefaz/RS, do referido sistema.

TJ-RS - Dados RHE (renovação)

Em 2023, foi renovado o Termo de Cooperação entre a Sefaz/RS (com interveniência da CAGE) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), cujo objeto é a disponibilização, pelo Poder Judiciário, de dados informatizados constantes nos bancos de dados de pessoal e de folha de pagamento, para utilização, pela CAGE, no exercício de suas atribuições legais.

O documento foi firmado por meio do Termo de Cooperação nº 183/2023-DEC/Sefaz Nº 23/10/074 e FPE Nº 1198/2023, a súmula foi publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de agosto de 2023 (p. 87) e o prazo de vigência é de 60 meses.



Participação da CAGE em Colegiados no Âmbito da SEFAZ

Colegiado Internos	Finalidade sucinta
Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis da Secretaria da Fazenda	Avaliar os bens móveis inservíveis da Secretaria da Fazenda (conforme previsto não Decreto nº 38.878/1998).
Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Auditores do Estado	Deliberar sobre assuntos relacionados ao Estágio Probatório dos Auditores do Estado.
Comissão de Controle de Uso de Veículo Particular da Secretaria da Fazenda	Administrar e orientador acerca dos acordos para uso de veículo de que trata a Instrução Normativa nº 4/2021, da SPGG.
Comissão de Promoções da carreira de Auditor do Estado	Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditor do Estado.
Comissão de Promoções da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Estadual	Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditores-Fiscais da Receita Estadual.
Comissão de Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual	Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual.
Comissão Julgadora do Prêmio Projeto Escola Íntegra da CAGE 2023	Analisar as inscrições, avaliar, julgar e selecionar as manifestações artísticas observados os critérios definidos no Edital.
Comissão Organizadora do Prêmio Projeto Escola Íntegra da CAGE 2023	Organizar as atividades do Prêmio Projeto Escola Íntegra da CAGE.
Comissão para destinação de bens inventariados	Estudar o destino a ser dado aos bens inventariados e que se encontram na tesouraria da Secretaria da Fazenda.
Comissão Permanente de Apuração de Denúncias	Dar tratamento às denúncias recebidas pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado por meio da Plataforma Fala.BR.
Comissão Permanente para Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Analisar as verificações não atendidas pelo Estado e que resultaram em perda de pontos no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal; propor e implementar melhorias na Matriz de Saldos Contábeis - MSC; e propor e implementar demais melhorias na contabilidade do Estado.

Participação da CAGE em Colegiados no Âmbito da SEFAZ

Colegiado Internos	Finalidade sucinta
Comitê Consultivo da Ação Receita Certa	Deliberar sobre definições de critérios de apuração do incremento real da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS e de resolver casos omissos relacionados com a execução dessa ação.
Comitê de Controle da Secretaria da Fazenda	Avaliar, registrar e propor as necessárias medidas à execução da Lei Complementar nº 10.933/1997 (PPE).
Comitê de Controle e Acompanhamento das Gratificações de Substituição	Orientar e uniformizar os procedimentos acerca das Gratificações de Substituição.
Comitê de Gestão de Pessoas da SEFAZ	Formular e estabelecer as políticas e diretrizes de gestão de pessoas, alinhadas às orientações do planejamento estratégico desta Secretaria.
Comitê de Implementação do Programa de Integridade	Coordenar, orientar e treinar os agentes públicos da CAGE acerca das questões inerentes ao programa de integridade e de trabalhar continuamente no aprimoramento da metodologia para auxiliar os demais órgãos e entidades do Estado na implementação de seus respectivos programas.
Comitê de Priorização de Projetos de TI	Avaliar e deliberar acerca da prioridade de execução dos projetos de TI que compõem o portfólio do Órgão.
Conselho Superior da CAGE	Exercer as competências relacionadas na Lei Complementar nº 13.451, art. 8º.
COSEP - Comissão Setorial do Estágio Probatório da Secretaria da Fazenda	Aplicar os procedimentos de avaliação e acompanhamento do Estágio Probatório dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda.
GGTIC - Grupo de Governança de TIC SEFAZ	Definir estratégias, diretrizes e orientações para a aplicação da Política de TIC, bem como determinações e recomendações para o desenvolvimento das ações de TIC de forma integrada e sistêmica no âmbito da SEFAZ.
GOTI - Grupo Operacional de Tecnologia da Informação	Tratar de assuntos operacionais de Tecnologia da Informação no âmbito da Sefaz.
GT BI - Grupo de Trabalho de Business Intelligence	Alinhar esforços para implantação e melhoria nos serviços de Big Data, Business Intelligence, Machine Learning, Inteligência Artificial e tecnologias relacionadas.

Participação da CAGE em Colegiados no Âmbito da SEFAZ

Colegiado Internos	Finalidade sucinta
GT Cartão de Pagamento	Elaborar e propor projeto com vistas à implantação do uso de cartão de pagamento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.
GT EFD-Reinf	Implantar a EFD-Reinf no Estado do Rio Grande do Sul.
GT Fluxo Denúncias	Propor minuta de normativo estabelecendo a tramitação e o tratamento de denúncias no âmbito da CAGE
GT Guia de Documentos	Proceder à implementação e às respectivas atualizações do Guia de Elaboração, Tramitação e Expedição de Documentos e Processos de que trata o art. 33 da Instrução Normativa CAGE nº 6/2022, com vistas a estabelecer procedimentos uniformes no âmbito da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.
GT IDP - Inventário de Dados Pessoais	Criar e atualizar o Inventário de Dados Pessoais - IDP e de realizar as demais atividades relacionadas com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no âmbito da Secretaria da Fazenda.
GT Manual Nova Lei de Licitações e Contratos	Realizar estudos sobre a Lei nº 14.133/2021, denominada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com foco nos temas que são inerentes as atividades do órgão central de controle (Governança, Gestão de Risco e Controle das contratações públicas), bem como elaborar manual de contratações diretas.
GT Transferências Voluntárias (antigo GT Convênios e Parcerias)	Estabelecer procedimentos uniformes de controle necessários à gestão e à operacionalização dos ajustes celebrados pela Administração Pública Estadual, sob a modalidade de transferências voluntárias.

Participação da CAGE em Colegiados a Nível Estadual

Colegiado Externos - Estaduais	Finalidade sucinta
CETIC - Comitê Executivo de Tecnologia de Informação e Comunicação	Executar as ações deliberadas pelo CGTIC, incluindo competências delegadas, consolidar e gerar insumos técnicos para o CGTIC e analisar as demandas dos GGTICs quanto à conformidade aos padrões de TIC e notas técnicas.
CG BIM	Implementar a Estratégia BIMGov-RS e gerenciar suas ações.
CIT - Comitê Integrado de Transparência (integrante do Sistema de Governança e Gestão)	Deliberar sobre as políticas de transparência governamental do Estado do Rio Grande do Sul.
CMRI/RS - Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Rio Grande do Sul	Decidir, no âmbito da Administração Pública Estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas entre outras competências.
Comissão de avaliação para condução do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI 01/2023) - Loterias do RS	Promover a condução, análise e seleção dos ESTUDOS entregues no âmbito do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 1/2023.
Comissão de Responsabilização da Pessoa Jurídica	Integrar e auxiliar as Comissões Processantes do procedimento preliminar de investigação e do processo administrativo de responsabilização.
Comissão Especial de Modernização das Minutas de Mão de Obra Prisional	Rediscutir e modernizar o modelo atual de Termo de Cooperação, para uso de mão de obra prisional, utilizado pela SUSEPE, no âmbito do sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul.
Comitê de Integridade Pública - CIP/RS	Propor normas e diretrizes gerais da Política de Integridade do Poder Executivo do Estado, supervisionar a implementação e a efetividade dos Programas e Planos de Integridade.
Comitê de revisão de modelos-padrões de editais de licitação e contratos.	Propor ao Procurador-Geral do Estado a revisão, a inclusão ou a exclusão de modelos-padrão de editais de licitações, de compras públicas em geral, de termos de contratos e de outros instrumentos complementares, no âmbito da administração pública estadual com o objetivo de revisar o Decreto nº 54.273/2018, bem como propor nova sistemática para implantação e atualização dos modelos-padrões de editais de licitação e contratos.
Comitê Gestor de Regulamentação e Implementação da Lei Federal nº 14.133/2021	Centralizar e supervisionar as propostas de regulamentação e de implementação, no âmbito da administração pública estadual, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

Participação da CAGE em Colegiados a Nível Estadual

Colegiado Externos - Estaduais	Finalidade sucinta
Comitê Gestor do Fundo Estadual Vinculado de Combate à Corrupção	Administrar o Fundo Estadual Vinculado de Combate à Corrupção (art. 36 da Lei nº 15.228/2018 e art. 88 e seguintes do Decreto nº 55.631/2020).
Comitê Módulo GCP	Implantação e de Manutenção do Módulo de Gestão de Contratos Públicos (GCP) do Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) - Grupo Gestor de Projetos
Força Tarefa RHE	Padronizar e apoiar a reorganização das estruturas administrativas, em conformidade com as Leis nº 15.934 e nº 15.935/2023 e regulamentações, bem como com os decretos de estrutura básica e regimento interno dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.
GEFE/RS - Grupo Estadual de Educação Fiscal	Trabalhar no estado a conscientização da função social do tributo, a participação do cidadão, o controle social e a transparência, mostrando a relação direta que há entre tributos e os serviços prestados.
GT aquisições gêneros alimentícios Susepe	Avaliar a possibilidade de aquisições públicas de gêneros alimentícios da agricultura familiar, por meio de suas entidades organizadas, para o abastecimento contínuo da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).
GT CAT - SOP	Promover a confecção dos estudos necessários visando à elaboração de edital de licitação/contratação de empresa de serviços especializados e apoio técnico, visando a qualificação da execução das atividades da SOP.
GT Compensação Financeira FAS/RS	Aprofundar as discussões relativas à compensação financeira do Fundo de Assistência à Saúde - FAS/RS.
GT Dados Abertos	Desenvolver iniciativas voltadas ao fomento da Política de Dados Abertos na administração pública estadual, conforme previsão constante no Projeto Estratégico denominado "Fomento da Política de Dados Abertos e dos Conjuntos de Dados do Portal Dados RS" previsto no Acordo de Resultados 2022, da Secretaria da Casa Civil.
GT GCE - Gestão de Compras do Estado	Dar suporte à implantação do Sistema Gestão de Compras do Estado - GCE.
GT Legislação Afastamento e Diárias	Analisar e revisar a legislação dos afastamentos, em objeto de serviço ou no interesse da administração pública estadual, as indenizações aos servidores, aos empregados e aos agentes públicos.

Participação da CAGE em Colegiados a Nível Estadual

Colegiado Externos - Estaduais	Finalidade sucinta
GT Lei 15.228/2018 (Lei Anticorrupção)	Proceder estudos com vistas à regulamentação da Lei nº 15.228/2018.
GT Lei nº 15.612/2021 - Processo Adm RS	Elaborar proposta de regulamentação da Lei nº 15.612/2021, que dispõe sobre o processo administrativo no Estado do RS, instituído pela Ordem de Serviço do Governador nº 8/2021.
GT Registro de Preços - Manutenção de Prédios Escolares	Promover a confecção dos estudos necessários visando à elaboração de edital de licitação/contratação de empresa para a execução dos serviços de manutenção dos prédios das Escolas Estaduais.
GT Revisão Legal Projeto Descomplica/RS	Revisar documentos no âmbito do Projeto Descomplica/RS.
GT Serviços de Limpeza	Atualizar a Ordem de Serviço nº 10/2008 que estabelece os critérios de produtividade para a contratação de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação no Estado do RS.
GT SGO - Sistema de Gestão de Obras	Apoiar e viabilizar a implantação do Sistema de Gestão de Obras - SGO, na Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano - SOP.
GTEC-BIM	Assessorar tecnicamente o Comitê Gestor da Estratégia BIMGov-RS no desempenho de suas funções
Programa SUSTENTARE	Tratar da destinação e do descarte de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do RS.
Rede de Controle/RS	Desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao compartilhamento de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão (Gestores Locais dos Canais da Central do Cidadão)	Assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 49.111/2012.
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC	A CAGE, por meio da participação e presidência do Comitê de Integridade Pública do Estado - CIP, orientou os órgãos e entidades a responderem novamente a autoavaliação do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção.

Participação da CAGE em Colegiados a Nível Federal

Colegiado Externos - Nacionais	Finalidade sucinta
CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno	Propor uma atuação mais eficaz no controle da gestão pública.
CP CASP - Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Estudar e implementar a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Colegiado atuante no âmbito do Conselho federal de Contabilidade (CFC).
CTCONF - Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação	Subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas
GEFIN - GT-06 - Contabilidade	Tratar do tema "Contabilidade" no âmbito do GEFIN.
GEFIN - GT-16 - E-Social EFD Reinf	Discutir o tema no âmbito do GEFIN.



CAGE Notícias

Em 2023 foram publicadas um total de 36 notícias.

- 25/1 - Comitê Gestor de Regulamentação e Implementação da nova Lei de Licitações realiza primeira reunião aberta
- 27/2 - CAGE retoma a estruturação de seu Escritório de Projetos e Processos
- 13/3 - Divisão da Cage promove encontro sobre o sistema Custos RS
- 14/3 - Nova gestão da Cage inicia ciclo de reuniões com gestores da Administração Estadual
- 16/3 - Cage prestigia cerimônia em homenagem a contadora Ana Tércia, primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Contabilidade do RS
- 20/3 - CAGE e Controladoria de Santa Catarina trocam experiência sobre cultura de integridade na educação pública
- 27/3 - Comitativa da Cage visita sede da CGU no Estado
- 11/4 - Servidores recebem capacitação para o novo sistema de Monitoramento dos Convênios Administrativos
- 25/8 - CIP apresenta contexto de atuação e divulga diretrizes do Plano Gaúcho de Promoção da Integridade à administração estadual
- 28/8 - Cage oferece treinamento sobre ISSQN à Secretaria de Saúde do RS
- 31/8 - Cage participa do último encontro do Ciclo de Debates Lei de Licitações e Contratos
- 1/9 - Cage participa do VI Encontro do Contador Público
- 8/9 - DCI conclui nova leva de auditorias no mês de agosto
- 12/9 - Cage revisa Instrução Normativa que dispõe sobre convênios administrativos estaduais
- 15/9 - Painel de Monitoramento de Convênios é lançado para otimizar a gestão de recursos no Estado



CAGE Notícias

- 2/10 - DCI promove evento de Capacitação e Transmissão do Conhecimento
- 4/10 - Cage participa do 1º Curso Execução Orçamentária que capacita Brigada Militar e Corpo de Bombeiros na gestão dos gastos públicos
- 6/10 - Divisão da Cage responsável pelo controle da Administração Indireta conclui quatro importantes auditorias no mês de setembro
- 9/10 - Publicada Portaria da Cage com os prazos a serem observados para o encerramento do exercício de 2023
- 17/10 - Cage aprova novo Estatuto de Auditoria
- 23/10 - Rede RS promove Seminário em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção
- 26/10 - Cage participa da 2º Reunião da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada
- 1/11 - Sistema de Finanças Públicas do Estado terá automatização de abertura de contas corrente
- 1/11 - Cage publica Instrução Normativa sobre Plano Anual de Auditoria e Relatório Anual de Auditoria
- 7/11 - Palestrante referência em integridade participará de Seminário promovido pela REDE RS
- 7/11 - Auditor da Cage ministra evento de apresentação e capacitação do Cadastro de Demandas de Transferências Voluntárias do RS
- 8/11 - Cage realiza evento de capacitação em Auditoria Interna
- 14/11 - Cage promove capacitação em Contabilidade Pública
- 22/11 - Cage realiza evento sobre mudanças na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
- 27/11 - Cage participa do IX SBCASP sobre Relatório de Sustentabilidade e o Desenvolvimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- 28/11 - Publicada Instrução Normativa da Cage que regulamenta procedimentos de encerramento do exercício de 2023
- 29/11 - CAGE e PGE têm novos representantes no combate à corrupção
- 7/12 - Cage participa da 4º Reunião Plenária da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública em Florianópolis
- 13/12 - Cage realiza evento de comemoração a seus 75 anos
- 14/12 - Realizada primeira apresentação do Código de Conduta Ética para colaboradores da CAGE
- 18/12 - Comissão Mista de Reavaliação de Informações cumpre o primeiro ano de mandato do biênio 2023/2024

Seminário em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção

Em 17 de novembro de 2023, foi realizada a 1º edição do Projeto Escola Íntegra, cuja premiação ocorreu durante o **Seminário em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, promovido pela Rede RS**. O concurso contou com 522 inscrições e premiou três alunas de ensino médio de escolas públicas.

Além da premiação, o seminário também contou com a palestra **“Cultura de integridade: educando no presente para mudar o futuro”**, de Marcelo Zenkner, um dos maiores especialistas na área de integridade no Brasil.

Reuniões Técnicas do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI)

- 45ª Reunião Técnica do Conaci - 23 e 24/03/23 - Maceió/AL
- 46ª Reunião Técnica do Conaci - 19 e 20/06/23 - São Luís/MA
- 47ª Reunião Técnica do Conaci - 20 a 22/09/23 - Campo Grande/MS
- 48ª Reunião Técnica do Conaci - 23 e 24/11/23 - João Pessoa/PB

Encontros do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD)

- 8º Encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD) - 2 e 03/06/23 - Belo Horizonte/MG
- 9º Encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD) - 19 a 21/10/23 - São Paulo/SP

Reuniões técnicas CTCONF - Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação

A CTCONF é responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas no 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. - 02-05/05.

Reuniões Técnicas Gefin

As Reuniões Técnicas Gefin – Grupo de Gestores das Finanças Estaduais, são fóruns trimestrais realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de promover o debate e a troca de experiências entre os gestores das finanças públicas estaduais. A CAGE participa em dois Grupos de Trabalho (GT) o de Contabilidade e o de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras informações- EFD Reinf.

Em 2023 aconteceram quatro encontros com participação da Cage.

- 21/03 a 23/03 - Brasília/DF
- 19/06 a 21/06 - Natal/RN
- 25/09 a 27/09 - Rio de Janeiro/RJ
- 20/11 a 22/11 - Fortaleza/CE

Evento da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada

O evento é voltado aos órgãos de controle integrantes da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada. Em 2023, ele ocorreu nos dias 18 e 19 de outubro, em Florianópolis, e contou com painel apresentado pelo auditor do estado Felipe Andres Pizzato Reis, que teve a oportunidade de apresentar as experiências da CAGE com a avaliação de programas de integridade de empresas por meio do Sistema de Controle de Programas de Integridade (SCPI).

XXVII Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (SECOFEM)

A XXVII Semana SECOFEM é um evento anual realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Conselho Regional de Contabilidade do Estado sede.

EM 2023, o evento ocorreu entre 28 de agosto e 1º de setembro na cidade de Belém, no Pará, e contou com oficinas sobre aspectos teóricos/práticos de demonstrativos contábeis, fiscais e contabilização patrimonial e orçamentária.

Projeto Escola Íntegra

Escola Íntegra é um projeto que visa difundir a cultura de integridade nas escolas públicas, por meio do Concurso de Manifestações Artísticas e da disponibilização de cartilhas informativas aos participantes.

O projeto objetiva apresentar o tema "Integridade" em 100% das escolas de ensino médio da rede estadual de ensino em Porto Alegre até 2024 e 2025 e levar o projeto para mais uma região até 2026, além de Porto Alegre.

O projeto segue o preceito da visão da Cage de ser reconhecida pela excelência na promoção da transparência e da integridade e pela colaboração para a implementação de políticas públicas efetivas.

O entendimento institucional é de que uma política pública que se pretenda eficaz não pode focar somente no aparato estatal e naquelas que se relacionam com este, mas deve alcançar toda a sociedade gaúcha, principalmente os mais jovens.

No ano de 2023, participaram alunos matriculados e cursando o ensino médio em escolas públicas na cidade de Porto Alegre. O concurso piloto foi encerrado com mais de 500 alunos inscritos e 90% desses alunos gostariam de ver a temática de integridade sendo tratada nas escolas.

O evento de premiação ocorreu no dia 17 de novembro no auditório do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), e contou com o apoio do próprio MPRS, Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC), Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

ESCOLA ÍNTE GRA

1º CONCURSO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS SOBRE INTEGRIDADE!

O Concurso é válido para todos os alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Rio Grande do Sul, que estudem na cidade de Porto Alegre, e que estejam cursando os anos do ensino médio.

Os alunos autores das manifestações artísticas vencedoras receberão os seguintes prêmios:

- 1º colocado: R\$ 2.000,00;
- 2º colocado: R\$ 1.500,00;
- 3º colocado: R\$ 1.000,00.


Os alunos autores das manifestações artísticas que não ganharem premiação por colocação participarão de um sorteio, concorrendo ao prêmio de **R\$ 500,00**.

A escola pública estadual de ensino médio que possuir o maior número de alunos com manifestações enviadas, proporcionalmente ao número de alunos matriculados, receberá o prêmio de **R\$ 5.000,00**.

**Integridade é fazer o certo
mesmo que ninguém esteja vendo**

@projetoescolaintegra



Realização:  CAGE



Apoio:



Relatório de Atividades 2023

 **CAGE**
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DO RS

